

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – STRICTO SENSU
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO – LINHA DE PESQUISA - II

SALETE ARAÚJO CAMARGO

**LUTAS, CONQUISTAS E IMPASSES DA AÇÃO SINDICAL DOCENTE: O CASO
DO SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO DE LAGES**

LAGES
2011

SALETE ARAÚJO CAMARGO

**LUTAS, CONQUISTAS E IMPASSES DA AÇÃO SINDICAL DOCENTE: O CASO
DO SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO DE LAGES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação – *Stricto Sensu* - da Universidade do
Planalto Catarinense – UNIPLAC na Linha de Pesquisa
II, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Educação. Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks.

**LAGES
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

CAMARGO, Salete Araújo.

Lutas, conquistas e impasses da ação sindical docente: o caso do sindicato municipal dos profissionais em educação de Lages./ Salete Araújo Camargo.

– Lages (SC): 2011.
79 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto
Catarinense. Programa de Mestrado em Educação da
Universidade do Planalto Catarinense.
Orientador: Dr. Geraldo Augusto Locks.

1 Introdução. Capítulo 1 – Metodologia de pesquisa. Capítulo 2 – Contexto histórico da constituição do SIMPROEL. Capítulo 3 – Atuação do Sindicato protagonizada pela sua base social: 1997 – 2009.

CDD



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO**

**“LUTAS, CONQUISTAS E IMPASSES DA AÇÃO SINDICAL DOCENTE: O CASO DO
SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO DE LAGES”**

Dissertação submetida ao colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas e Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 30/07/11

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks - (Orientador) *Qualificadora*
Profa. Dra. Zilma Isabel Peixer - (Examinadora Externa – UFSC/CURITIBANOS) *Deixa*
Profa. Dra. Ana Maria Netto Machado (Examinadora PPGE/UNIPLAC) *Deixa*
Prof. Dr. Geraldo Antonio da Rosa - (Examinador – PPGE/UNIPLAC-Suplente) *Deixa*


Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Saete Araújo Camargo
Lages, Santa Catarina, julho de 2011

AGRADECIMENTOS

A Deus por me permitir a realização deste trabalho, apesar de todos os problemas que existiram no percurso.

A realização dessa dissertação só foi possível com a participação direta ou indiretamente de algumas pessoas que estiveram ao meu lado em toda trajetória, as quais gostaria de expressar o meu profundo agradecimento.

A minha mãe Albertina Oliveira que com sua determinação e exemplo de vida, me alicerçou na busca do conhecimento. Sempre me incentivando foi a principal responsável por eu ter trilhado este caminho e conseguido chegar ao final.

Ao meu pai Acelon, meus filhos Mateus e Mauricio. Por fazerem parte da minha vida me fortalecendo com seu amor incondicional.

Meu neto Otávio Augusto, mais novo integrante da família, que me trouxe a alegria e energia da vida renovando minhas forças para continuar nesta caminhada.

Minha nora Patrícia pelo seu carinho.

Ao meu orientador professor Dr. Geraldo Augusto Locks, por ter aceitado o desafio de me orientar, mesmo restando pouco tempo para conclusão do mestrado. Pelas suas valiosas contribuições e compreensão. Tenho certeza que sem seu apoio não teria conseguido.

As minhas companheiras do Mestrado Rosângela Pelegrini, Regina Pereira e Maria Salete, pelo apoio incondicional em todos os momentos.

A minha amiga Ivana Mestre em Educação, que contribuiu para o meu crescimento.

Aos professores Geraldo Rosa, Marina Patrício de Arruda, Ana Maria Neto Machado e Zilma Peixer

Aos colegas do Mestrado em Educação turma 2009 que de uma forma ou de outra me estimularam a continuar na realização deste trabalho.

As minhas grandes e eternas amigas Claudete Oliveira, Grasiela Medeiros, Jussara Lazzari, Regina Correa, Sonia Figueiredo e Tânea Bosquette pelo apoio em todas as horas.

Ao Sr. Renato Nunes de Oliveira, Prefeito do Município de Lages e Professora Sirlei da Silva Rodrigues, Secretária Municipal de Educação pela valorização e apoio

proporcionando licença integral remunerada e bolsa de cinquenta por cento que possibilitaram com que eu cursasse o Mestrado.

A todos os meus companheiros do SIMPROEL que auxiliaram na minha pesquisa.

A todos familiares, amigos que entenderam a minha ausência em suas vidas neste período de produção.

A todas as pessoas que mesmo através da incompreensão me fizeram forte para enfrentar este desafio.

RESUMO

CAMARGO, S. A. Lutas, Conquistas e Impasses da Ação Sindical Docente: O Caso do Sindicato Municipal dos Profissionais em Educação de Lages. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado em Educação. Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Lages/Santa Catarina, 2011, 80 p.
Linha de Pesquisa II – Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade.

O objeto de pesquisa desta dissertação é o Sindicato dos Professores da Educação em Lages - SIMPROEL. O interesse maior desse estudo, de característica bibliográfica e documental, foi pesquisar se o SIMPROEL, durante o seu percurso histórico conseguiu construir uma identidade como movimento reivindicatório em defesa dos interesses da categoria. Em todo o seu percurso a pesquisa buscou respostas para os seguintes questionamentos: Durante a sua história o Sindicato teria conseguido construir uma identidade como movimento reivindicatório em defesa dos interesses da categoria? Teria perdido a sua identidade de movimento social e sindical quando muitos de seus dirigentes passaram a se preocupar com seus projetos individualizados? Teria tomado o caminho das políticas eminentemente assistencialistas? Afinal, o assistencialismo em alguma conjuntura singular tem legitimidade na prática sindical? Para responder estes questionamentos a pesquisa se propôs a investigar o Sindicato dos Profissionais em Educação de Lages (SIMPROEL) no que diz respeito à sua formação e atuação junto à categoria dos docentes do Município de Lages, no período de 1997 a 2009, mais especificamente: a) descrever o contexto histórico e o processo sócio-organizativo vivenciado pela categoria na constituição do Sindicato dos Profissionais em Educação de Lages; b) analisar a atuação do Sindicato tendo como integrantes, sua base social nos diferentes períodos que se sucederam ao longo da gestão 1997 a 2009. Após pesquisa em fontes bibliográficas e, fundamentalmente, em documentos de posse do Sindicato, Secretaria de Educação e Prefeitura do Município como atas, pautas de reivindicações, informativos, decretos, entre outros, concluiu-se que: desde o início, quando os professores se desligaram do Sindicato dos Funcionários dos Servidores Públicos Municipais, e fundaram em 1989 a Associação dos Professores do Município de Lages - ALPROM, depois em 1997 no Sindicato dos Professores da Educação em Lages - SIMPROEL, o Sindicato, sem dúvida conseguiu construir uma identidade como movimento de lutas em defesa da categoria. As ações desenvolvidas demonstram que as conquistas do Sindicato não se resumiu apenas em melhorias salariais e em benefícios para os professores, e nem em práticas assistencialistas. O Sindicato, principalmente por meio da ação de sua Diretoria, conquistou para os professores do quadro do magistério municipal, efetivos, o direito de gerir a Secretaria de Educação do Município e participou diretamente da eleição de uma vereadora. Apesar de alguns conflitos, tensões e contradições, o fato é que o SIMPROEL se constituiu, historicamente, em uma representação de fundamental importância para os professores da rede Municipal de Ensino e para a qualidade da educação em Lages, SC.

Palavras-chave: Lutas. Conquistas. Impasses. Sindicato. Professores. Educação. Município. Lages.

ABSTRACT

CAMARGO, S. A. **Struggles, Achievements and impasses Action Teacher Association: The Case of Municipal Union of Education Professionals in Lages.** Thesis (MA in Education) - Masters in Education Program. University of Santa Catarina Plateau - UNIPLAC. Lages / Santa Catarina, 2011. 80 p.
Research Line II - Education, Socio-cultural Processes and Sustainability.

The object of research of this dissertation is the Teachers Union of Education in Lages - SIMPROEL. The main interest of this study, bibliographical and documentary feature, has been researching the SIMPROEL during its historical course managed to build an identity as patient empowerment in the interests of the category. Throughout its course the research sought answers to the following questions: During its history the Union have managed to build an identity as patient empowerment in the interests of the class? Would have lost its identity and social movement union when many of its leaders have become concerned with their individual projects? It would have taken the path of an eminently political welfare? After all, the welfare of a unique situation in practice union has standing? To answer these questions the research set out to investigate the Union of Professional Education of Lages (SIMPROEL) with respect to their training and working together in the category of teachers in the city of Lages, in the period 1997 to 2009, specifically: a) describe the historical context and socio-organizational process experienced by the category in the constitution of the Association of Professionals in Education Lages b) analyze the performance of the union having as members, its social base in the different periods that followed throughout the 1997 management to 2009. After research and literature sources mainly on documents in possession of the Union, Secretary of Education and the Municipality as minutes, agendas claims, information, decrees, among others, concluded that: from the beginning, when teachers are resigned from the Union of Municipal Employees of Public Employees, and in 1989 founded the Association of Teachers of the city of Lages - ALPROM, then in 1997 the Teachers Union of Education in Lages - SIMPROEL, the Union, no doubt managed to build an identity as a movement fighting in defense of the category. The actions developed to demonstrate the achievements of the Union was not just improvements in wages and benefits for teachers, and not in clinical practice. The Union, principally through the action of its Board, won for the teacher of the local teaching, effective, the right to manage the Education Department of the Municipality and participated directly in the election of a councilor. Despite some conflicts, tensions and contradictions, the fact is that SIMPROEL constituted, historically, in a representation of fundamental importance for teachers of municipal schools and the quality of education in Lages, SC.

Key-words: Wrestling. Achievements. Deadlocks. Union. Teachers. Education. Municipality. Lages.

RESUMEN

CAMARGO, S. A. Luchas, sus logros y acciones impasses Asociación de Maestros: El caso de la Unión de Profesionales de la Educación Municipal en Lages. Tesis (Maestría en Educación) - Programa de Maestría en Educación. Universidad de Santa Catarina Plateau - UNIPLAC. Lages / Santa Catarina, 2011, 80 p.

Línea de Investigación II - La educación, procesos socio-culturales y la sostenibilidad.

El objeto de la investigación de esta tesis es el Sindicato de Maestros de Educación en Lages - SIMPROEL. El principal interés de este estudio, la función bibliográfica y documental, ha estado investigando la SIMPROEL durante su curso histórico logrado construir una identidad como empoderamiento de los pacientes en los intereses de la categoría. A lo largo de su curso de la investigación buscaron respuestas a las siguientes preguntas: Durante su historia de la Unión han logrado construir una identidad como empoderamiento de los pacientes en los intereses de la clase? Habría perdido su identidad y unión de los movimientos sociales, cuando muchos de sus líderes se han preocupado con sus proyectos individuales? Habría tomado el camino de un bienestar eminentemente política? Después de todo, el bienestar de una situación única en la unión práctica ha parado? Para responder a estas preguntas, la investigación se propuso investigar la Unión de Formación Profesional de Lages (SIMPROEL) con respecto a su formación y el trabajo conjunto en la categoría de los maestros en la ciudad de Lages, en el período 1997 a 2009, en concreto: a) describir el proceso de contexto histórico y socio-organizativos experimentados por la categoría en la constitución de la Asociación de Profesionales en Lages Educación b) analizar el funcionamiento de la unión que tiene como miembros, su base social en los diferentes períodos que siguieron a lo largo de la gestión 1997 a 2009. Después de las fuentes de la investigación y la literatura principalmente en documentos en poder de la Unión, el Secretario de Educación y la Municipalidad como las actas, agendas reclamaciones, la información, los decretos, entre otros, llegó a la conclusión de que: desde el principio, cuando los maestros son renunció a la Unión de Empleados Municipales de Empleados Públicos, y en 1989 fundó la Asociación de Profesores de la ciudad de Lages - ALPROM, a continuación, en 1997, el Sindicato de Maestros de Educación en Lages - SIMPROEL, de la Unión, sin duda, logró construir una identidad como un movimiento luchando en defensa de la categoría. Las acciones desarrolladas para demostrar los logros de la Unión no sólo mejoras en los salarios y beneficios para los profesores, y no en la práctica clínica. La Unión, principalmente a través de la acción de su Consejo, ganó por el profesor de la enseñanza local, efectiva, el derecho de administrar el Departamento de Educación de la Municipalidad y participaron directamente en la elección de un concejal. A pesar de algunos conflictos, tensiones y contradicciones, lo cierto es que SIMPROEL constituido, históricamente, en una representación de importancia fundamental para los profesores de las escuelas municipales y la calidad de la educación en Lages, SC.

Palabras clave: Lucha Libre. Logros. Callejones sin salida. Unión. Los profesores. La educación. Municipio. Lages.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABREVIATURAS

TERMOS – PALAVRAS

ACT	Admitido em Caráter Temporário
ALPROM	Associação Lageana dos Professores Municipais.
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FUMED	Fundo Municipal de Educação.
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.
IPML	Instituto de Previdência do Município de Lages.
LDB	Lei de Diretrizes e bases.
PT	Partido Trabalhista.
SIMPROEL	Sindicato Municipal dos Profissionais em Educação de Lages.
SINTE	Sindicato dos Professores do Estado de Santa Catarina.
SME	Secretaria Municipal de Educação.
Sr	Senhor.

LISTA DE QUADROS

Quadro1: Presidentes da ALPROM	34
Quadro 2: Presidentes do SIMPROEL	36
Quadro 3: Secretários municipais.....	53
Quadro 4: Relação de professores e educadores infantis efetivos e contratados do sistema municipal de educação por habilitação, nos períodos 2004, 2005 e 2006	55
Quadro 5: Valor do vale refeição por ano	61
Quadro 6: Total de professores participantes nas Assembleias do SIMPROEL.....	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA DE PESQUISA.....	16
1.1 O CAMINHO PERCORRIDO	16
CAPÍTULO 2 – CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DO SIMPROEL.....	20
CAPÍTULO 3 – ATUAÇÃO DO SINDICATO: 1997 – 2009.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

A aproximação do meu objeto de pesquisa - o Sindicato dos Professores da Educação em Lages - SIMPROEL – foi sendo construída ao longo da própria vivência. A minha trajetória de vida me impulsionou a lutar pelo que queria. Filha de agricultores, aos dez anos de idade, parti juntamente com meus irmão para a cidade para dar continuidade aos meus estudos, enquanto os meus pais permaneceram no campo.

Comecei no magistério aos dezessete anos e, ao longo da minha vida profissional, quando me indignei com o autoritarismo e a injustiça praticados por alguns gestores escolares, me fiz voz para auxiliar os colegas de trabalho na resolução de seus conflitos e conquista de seus direitos.

Na vivência como professora do Sistema Municipal de Ensino de Lages, desde 1980, muito me inquietava o fato dos gestores públicos tanto à nível Nacional, Estadual e Municipal colocarem a educação, em seus discursos, como meta principal de seus planos de governo, de investirem na melhoria da estrutura das escolas públicas, na compra de livros didáticos e de uniformes para os alunos, mas não na valorização dos professores.

Constantemente preocupava-me com a situação de muitos colegas que, para conseguirem satisfazer as suas necessidades básicas, obrigavam-se a trabalhar em mais de uma escola, o que ainda hoje, é uma realidade, transformando sua profissão em um fardo pesado, em vez de uma atividade humana e prazerosa.

Essas preocupações e, principalmente o quadro de desvalorização do profissional da educação, foram o trampolim para o meu envolvimento com o Sindicato. Minha primeira participação como representante dos professores da escola onde atuava se deu em 1989, junto a Associação Lageana dos Professores de Lages – ALPROM, que tinha como objetivo a valorização da categoria de professores.

Permaneci na diretoria da ALPROM, como representante dos professores, até 1997, quando esta se transformou no Sindicato.

No mesmo ano, em Assembleia da categoria, por aclamação, fui eleita membro da diretoria do Sindicato.

Não deixei mais o Sindicato, me fiz voz nas reivindicações dos professores, participei de conflitos, presenciei derrotas, festejei vitórias. Orgulhei-me em participar, em nome dos professores municipais, da construção de um Sindicato forte e atuante.

No final da década de 90, os profissionais do município já tinham um Plano de Carreira e, principalmente, uma categoria unida para enfrentar a luta pela valorização dos professores.

Em meados da primeira década de 2000 passei a me preocupar com os rumos do Sindicato, quando a diretoria do Sindicato passou a militar na política partidária em troca de cargos de chefia na Secretaria de Educação do Município. Assisti as principais lideranças lapidadas pelo Sindicato assumirem a Secretaria de Educação, se sentarem do lado do patrão, estabelecerem parcerias com o Sindicato para defenderem os interesses dos professores.

Assisti, também, as duas lideranças que se encontravam à frente da Secretaria de Educação se encantarem com os interesses da ideologia dominante e divergirem, não conseguindo concretizar os ideais que as levaram ao poder.

Preocupada com o enfraquecimento do Sindicato, dividido em torno de duas lideranças, passei a questionar se este enfraquecimento era mesmo uma realidade, se estava condicionado somente por fatores internos ou se contribuía para a diminuição de forças do Sindicato fatores externos ao Sindicato, que atingiram o mercado de trabalho mundial e brasileiro e assim os Sindicatos.

Presumo que, a possível divisão da categoria dos professores do município de Lages originou-se a partir do momento em que alguns dirigentes passaram a se envolver na política de partido. Por outro lado, muitos associados poderiam se encontrar insatisfeitos com a atuação geral da categoria do Sindicato. Arrisco-me a afirmar também, que a diretoria do Sindicato ao conquistar um plano de carreira para a categoria – uma reivindicação unificadora - paralisou diante de outras inquietações dos professores.

Neste sentido, é possível que a direção do Sindicato não tenha sido capaz de atuar organicamente às necessidades dos professores, sobretudo, de perceber que as angústias da categoria não se limitam às questões econômicas ou salariais.

Afastada do Sindicato, meu olhar para a categoria mudou de lugar – a sala de aula – onde pude perceber que à medida que o Sindicato passou a satisfazer as necessidades individuais de seus associados, elegendo como prioridade ações assistencialistas como convênios com supermercados, farmácias, lojas, médicos e dentistas; inclusive, passou a intermediar empréstimos financeiros, burocratizou-se e transformou-se em uma empresa prestadora de serviços.

Em algumas situações, deixou de escutar, mobilizar e articular os professores nas questões mais pertinentes aos interesses da categoria, quando então, presumo que a partir

deste momento, o Sindicato foi perdendo a sua identidade como movimento sindical comprometido com as causas da categoria.

O distanciamento da diretoria do Sindicato não me levou ao afastamento dos professores, pois em horas de folga, em consultórios médicos, no supermercado encontrava professores que elogiavam o Sindicato, reconhecendo-o como fundamental na conquista de um plano de carreira e principalmente, de melhores salários.

Dos professores também, se escutava que o Sindicato foi um divisor de águas na valorização do quadro do magistério municipal, que sem a união da categoria, os professores municipais não teriam conquistado maiores oportunidades de se aperfeiçoarem, por meio de cursos de pós-graduação e mestrado, angariando maior respeito diante da sociedade. É considerado positivamente também, os serviços assistencialistas prestados pelo Sindicato porque geram bem-estar aos professores.

Mas, também se ouvia críticas sobre a atuação do Sindicato. Muitos diziam que o mesmo se “aquietou” porque se encontrava alinhado aos interesses patronais, que se preocupava, prioritariamente, com os interesses dos professores efetivos; que focava os seus serviços em ações assistencialistas, do que nas lutas da categoria por melhores salários e condições de trabalho; que o Sindicato perdeu o seu verdadeiro papel.

Mas teria realmente, o Sindicato se afastado do seu papel sindical? Que papel seria esse?

Tendo como perspectiva um contexto mais global, o discurso predominante é presidido pelos valores da ideologia neoliberal, na qual se afirma “a cooperação entre trabalhadores e patrões”, onde alguns analistas se atrevem em afirmar que “a luta de classes acabou”. Mas, de outro lado, antagonicamente, sustenta-se que “persiste a luta de classes”, onde os trabalhadores perdem seus direitos conquistados por causa da flexibilização das regras de contrato de trabalho; onde a política socioeconômica neoliberal sustenta o princípio do Estado Mínimo para implementar a política privativista fazendo, por exemplo, da Educação uma mercadoria disputada em um ambiente de mercado máximo. Neste cenário, o que os Sindicatos de trabalhadores têm a desempenhar? No caso do SIMPROEL, o contexto global teve impacto em suas ações junto aos seus associados?

Ressaltando, sobre a divisão ocorrida no Sindicato, perguntamo-nos: seria essa divisão, uma desaprovação à atuação do Sindicato? Não teria sido esse enfraquecimento ocasionado pela ideologia neoliberal? Ou motivado pelos impactos da política econômica neoliberal?

Giddens (2003) afirma que os fenômenos sociais não são apenas resultados passivos, determinados por fatores de ordem estrutural, mas são produtos de ações, reações e estratégias dos agentes sociais envolvidos. Este enfoque supõe que o Sindicato, ainda que condicionado pelos cenários socioeconômicos e políticos mais amplos, teve possibilidade de realizar escolhas baseadas em trajetórias, construídas em contextos específicos, ordenados no espaço e no tempo, pelos seus agentes, sobretudo, de seus dirigentes sindicais.

Mesmo distante do Sindicato, na academia, ao ingressar na Pós-Graduação *stritu senso*, Mestrado em Educação, vinculado à Linha de Pesquisa 2 – Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade – que foca a pesquisa na educação popular, movimentos sociais, educação ambiental, cultura e políticas públicas, a partir de 2009, as preocupações com o Sindicato brotavam insistentemente quando os professores doutores abordavam temas relacionados com a falta de investimentos na Educação e a desvalorização tanto social quanto econômica dos profissionais da educação.

Frente a tantos questionamentos e inquietações que trago comigo e outras mais profundas que construí no início do período do mestrado, elegi o SIMPROEL como meu objeto de conhecimento e optei em embasar esse estudo nos seguintes questionamentos:

O SIMPROEL, durante o seu percurso histórico, teria conseguido construir uma identidade como movimento de lutas em defesa da categoria? Teria o Sindicato perdido a sua identidade de movimento social quando muitos de seus dirigentes passaram a se preocupar com seus projetos individualizados? Teria o Sindicato realmente tomado o caminho das políticas eminentemente assistencialistas? Um cunho somente assistencialista? O assistencialismo em alguma conjuntura singular tem legitimidade na prática sindical?

Portanto, meu problema de pesquisa emerge da militância social e sindical. Trata-se de pensar o concreto, num vai-e-vem, sendo que meu ponto de partida reside na prática social, para refletir sobre ela e atingir o concreto pensado (KOSIK, 1989). É neste sentido que assumo o princípio da dialética. Ou seja, tomar meu objeto de pesquisa como uma parte da realidade mais ampla, capturado no seu movimento, e não despido de contradições, conflitos, tensões e dilemas.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo geral: investigar o Sindicato dos Profissionais em Educação de Lages (SIMPROEL) no que diz respeito à sua constituição e atuação junto à categoria dos docentes do Município de Lages, no período de 1997 a 2009.

Para alcançar este propósito estabeleço o objetivo geral que desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: a) descrever o contexto histórico e o processo sócio-organizativo vivenciado pela categoria na constituição do Sindicato dos Profissionais em

Educação de Lages; b) analisar a atuação do Sindicato tendo como integrantes, sua base social nos diferentes períodos que se sucederam ao longo da gestão 1997 a 2009.

Sem dúvida, reiterando, é a prática social que me estimula à pesquisa, a procurar respostas, a aprofundar conhecimentos, a desvendar a história do Sindicato. A problemática instalada gera a oportunidade de investigar o Sindicato dos Profissionais em Educação de Lages/SC no que diz respeito ao contexto histórico no qual ocorreu sua constituição, descrever as razões que estimularam a categoria a constituir o referido Sindicato e analisar a atuação do Sindicato nas diferentes períodos que se sucederam ao longo de sua gestão.

Do ponto de vista dos resultados esperados, busca-se trazer à luz elementos históricos que possam contribuir para a compreensão do processo de constituição e desenvolvimento das ações desenvolvidas do SIMPROEL ao longo dos onze anos de gestão.

A presente pesquisa foi estruturada em três capítulos distintos, porém estabelecendo relação entre si.

No primeiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, mais especificamente os procedimentos metodológicos que permitem um caminhar mais claro e seguro do estudo.

O segundo capítulo apresenta o contexto histórico e o processo sócio-organizativo, vivenciado pela categoria na constituição do Sindicato dos Profissionais em Educação de Lages, desde a sua criação quando ainda era uma associação, até se tornar o Sindicato atual. Busca-se nessa contextualização histórica, encontrar as razões que levaram a categoria de professores municipais a constituir o Sindicato.

O terceiro capítulo analisa a atuação do Sindicato, do ano de 1997 a 2009, tendo como protagonistas a base social do Sindicato.

CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA DE PESQUISA

1.1 O CAMINHO PERCORRIDO

O objetivo fundamental da ciência é chegar à veracidade dos fatos por meio de um método que permita atingir determinado conhecimento. Define-se método como “o caminho para se chegar a determinado fim” (GIL, 1994, p. 27).

Para pesquisar precisa-se de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO; CARVALHO; SIMÕES, 2008, p. 148).

O método utilizado por este estudo é o qualitativo, que Minayo (2006, p. 57), assim define:

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...]. Esse tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

Quanto a caracterização à pesquisa se caracteriza com bibliográfica e documental. Alguns autores entendem que a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental se confundem porque são sinônimos. Appolinário (2009), no Dicionário de Metodologia Científica apresenta uma mesma definição para a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Documental, afirmando que elas se restringem à análise de documentos.

Mas esse estudo, em concordância com Oliveira (2008) compreende que a Pesquisa Bibliográfica não se confunde com a Pesquisa documental. Esta autora faz uma importante distinção entre essas modalidades de pesquisa. Para essa autora A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (OLIVEIRA, 2008, p. 69).

Argumenta que a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores e pesquisadoras o contato direto com obras, periódicos e artigos que tratem do tema em estudo: “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (Id.). Ela se posiciona sobre a pesquisa documental: “a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, atas, Leis, de decretos, fotografias, entre outros” (Id.).

Na verdade a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias ou também conhecidas como de primeira mão.

A pesquisa bibliográfica realizada em livros e artigos proporcionou ampliar conhecimentos sobre o tema estudado, bem como dialogar com a pesquisa documental. Já a pesquisa documental realizada em documentos do Sindicato, na Prefeitura ou na Câmara Municipal, compostos por atas, pautas de reivindicações, acordos coletivos, estatutos, informativos, decretos, leis, etc., permitiu mergulhar com mais profundidade no processo de responder aos objetivos do estudo.

A opção em utilizar a pesquisa documental como fonte primária se deu pela possibilidade de se trabalhar com documentos originais, que embora possam ter recebido a interferência humana, não receberam ainda a análise de um pesquisador.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles se pode extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a

observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

Para os historiadores positivistas do século XVII o real era confundido com o documento que tinha valor de prova. Como resultado desse pensamento, só se considerava relevante para o campo da história aquilo que estava documentado. Mas este conceito de documento será profundamente modificado devido à evolução da História enquanto disciplina e método, tendo como principal impulsionador o movimento feito pela Escola de Annales.

Para esses historiadores o acontecer histórico se faz a partir dos homens. Daí o documento histórico se produzir com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Nesse caso, ao documento incorporam-se outros de natureza diversa, tais como objetos, signos, paisagens, etc. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1995 *apud* CELLARD, 2008, p. 296).

A Escola de Annales¹ ao privilegiar uma abordagem mais globalizante amplia substancialmente o conceito de documento: “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’” (CELLARD, 2008, p. 296).

Sobre a análise dos documentos colocou May (2004) afirma que a etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. May (2004) enfatiza que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido.

Para Lüdke (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A análise documental permite em concordância com Bardin (1997) passar de um documento primário para um secundário, com a intenção de promover certo afastamento dos

¹ A partir do século XX a nova história de Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*, ou simplesmente *Annales*, como ficou mundialmente conhecida, saiu como linha de frente na nova análise do campo histórico, ou seja, a história leva em consideração, novos “olhares” com novas dimensões, novas abordagens e novos domínios. Assim temos: [...] Em oposição ao “modelo rankeano” a Nova História interessa-se praticamente por toda a atividade humana, estando preocupada com as pessoas comuns e com as mentalidades coletivas, substitui ou complementa a narrativa com análise das estruturas e considera como fontes todo tipo de vestígios deixado pelo homem, além de criticar as fontes oficiais porque expressam o ponto de vista oficial. (NIKITIUK, 2001, p. 73).

perigos da compreensão espontânea, através de uma leitura mais objetiva possível dos documentos.

A partir dos questionamentos e dos objetivos propostos, realizou-se a seleção e uma primeira organização dos documentos para averiguar como poderiam responder aos questionamentos propostos e atingir os objetivos da pesquisa.

A problematização das fontes é fundamental porque elas não falam por si são testemunhas, vestígios que respondem a perguntas que lhes são apresentadas. Segundo Lopes e Galvão (2001, p. 79) “[...] o que determina o que são as fontes é exatamente o [...] problema problematizado”.

As perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento. São as perguntas que o historiador faz ao documento que lhe conferem o sentido. Daí Foucault (apud LE GOFF, 1984) dizer que os problemas da história podem se resumir nas seguintes palavras: o questionar dos documentos.

Depois de muita leitura e releitura o material foi analisado segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas tais como fichamento, levantamento qualitativo e quantitativo que permitiram elaborar um banco de dados de informações.

Os fichamentos proporcionaram obter por data as principais reivindicações, lutas e conquistas do Sindicato.

Do ponto de vista quantitativo foi possível identificar as principais lutas, conquistas, desafios enfrentados pelo Sindicato na relação com o Poder Municipal, representado pelo poder executivo. Do ponto de vista qualitativo foi possível sustentar com números algumas conquistas do Sindicato, e, principalmente, demonstrar que o Sindicato registrou durante o período analisado muitos avanços.

Na sequência passou-se a redação do texto da pesquisa, que se norteou principalmente pelos objetivos específicos, que deram origem aos capítulos. Por fim contextualizou-se o texto, utilizando para isso os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica. A etapa final consistiu-se em uma análise final do texto para obter mais clareza acerca dos questionamentos da pesquisa e do alcance das respostas aos objetivos propostos na investigação.

CAPÍTULO 2 - CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DO SIMPROEL

Este segundo capítulo objetiva apresentar algumas informações do contexto histórico nacional de organização dos trabalhadores docentes e o processo sócio-organizativo vivenciado pela categoria na constituição do Sindicato dos Profissionais em Educação de Lages/SC com foco na origem, passagem de ALPROM para SIMPROEL, tensões, contradições possíveis de serem identificadas neste processo. O fenômeno da organização dos trabalhadores em associações, Sindicatos, movimentos sociais, tem raízes remotas antecedendo os clássicos movimentos sociais europeus dos séculos XVIII e XIX derivados da Revolução Industrial. Já no período de desenvolvimento do capitalismo comercial encontra-se a descrição destas organizações mesmo de caráter assistencialista:

A existência de associações e/ ou organizações de trabalhadores já era registrada em Londres, em 1387, antecedendo, portanto, a Revolução Industrial. Essas primeiras instituições tinham caráter assistencial sendo conhecidas como "fraternidades". Nos séculos XV e XVI começaram a ocorrer as primeiras manifestações operárias, precursoras do sindicalismo. Os trabalhadores passaram a reivindicar direitos e a utilizar práticas como o boicote e a greve para atingir seus objetivos. As fraternidades foram, conseqüentemente, transformadas em "Associações de Companheiros" - entidades de defesa dos interesses profissionais. As penosas condições de trabalho impostas no século XIX, durante a primeira fase da Revolução Industrial, motivaram as associações de trabalhadores a lutar pelos direitos trabalhistas. Surgiram, então, os primeiros Sindicatos (na Inglaterra, em 1825). No final do século XIX e início do século XX, as organizações sindicais se fortaleceram em diversos países europeus, geralmente ligados aos partidos socialistas e tolerados pelos governos e empresas. Esse tipo de organização, usualmente chamado de Sindicato geral, era formado pelo agrupamento de trabalhadores de profissões ou de setores econômicos variados, uma vez que se pretendia reuni-los numa única e poderosa organização, capaz de conduzir a luta por melhorias salariais, direito de greve, reformas sociais e outras (CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p. 1).

Em âmbito de Brasil, segundo Dornelles (1995) citado por Carvalho e Guimarães (2007), o processo de colonização no Brasil deixou lembranças dolorosas e distorções que ainda estão presentes; é no século XIX que se organizam as primeiras categorias profissionais depois de longo período de exploração da mão de obra através do sistema da escravidão.

As primeiras entidades profissionais, no nosso país, surgiram no final do século XIX e eram constituídas por membros da mesma ou de várias categorias profissionais. Localizavam-se no Rio de Janeiro e em São Paulo e tinham como principal fundamento o caráter assistencial. Algumas, entretanto, começaram a assumir atribuições no plano trabalhista. Assim, a partir de 1890, foram criadas agremiações sindicais denominadas "Ligas" ou "Unões Operárias". Essas agremiações, que no final de 1920 eram estimadas em 300, foram organizadas e dirigidas por três tipos de militantes: os anarco-sindicalistas, os socialistas e os partidários do capitalismo.

Após a 1ª Guerra Mundial, a Igreja Católica começou a organizar seus círculos operários, atribuindo-lhes a função de harmonizar os interesses de empregados e empregadores. No Brasil, após a criação do Partido Comunista Brasileiro (em 1922), foi fundada a sua Confederação Sindical, que competia com o anarco-sindicalismo (CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p. 1).

Nas décadas de 30 e 40, quando o movimento sindical se propagou no Brasil nem todos os trabalhadores podiam ser representados por Sindicatos entre eles, os funcionários públicos. O art. 566 da CLT contém, até hoje, tal proibição: “Não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições paraestatais” (BRASIL, 2009). Na falta dos Sindicatos, apenas as associações podiam defender interesses dos funcionários públicos, já que sua atuação e prerrogativas eram limitadas, inclusive, porque só tratavam de questões meramente assistenciais ou de representação administrativa e judicial apenas dos associados e não de representação de toda a categoria (CARVALHO; GUIMARÃES, 2007).

No contexto nacional, no período compreendido entre 1930 e 1978, no setor público, predominavam as associações de caráter assistencial não se podendo falar em sindicalismo combativo, mas apenas em um ensaio do movimento.

O ano de 1978 foi um marco na organização dos servidores públicos porque começaram a emergir os primeiros sinais da transição das associações tradicionais para as novas formas de associação de caráter sindical. A partir deste ano, o evento pioneiro da greve dos professores da Rede Estadual de Ensino, em São Paulo, inaugurava uma nova fase do movimento no setor público, uma vez que o movimento grevista mesmo sem a aprovação da Associação dos Professores, envolveu 80% da categoria de 180 mil professores, durante diversas semanas, com poucos resultados econômicos. Mas com salto político decisivo no que se refere à mobilização e organização do movimento. Características, tais como, a constante deterioração salarial no setor público, a grande rigidez do Estado nas negociações, morosidade no desfecho dos acordos e violência nos conflitos levaram os professores às ruas. No mesmo contexto, eclodiram greves de professores no Paraná e Brasília. Em 1979 o centro do movimento grevista dos professores se transferiu para o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os professores atuaram como uma espécie de vanguarda do movimento dos servidores públicos, pois entre 1978 e 1983 os funcionários públicos do Sistema de Saúde e professores de Universidades Públicas, também paralisaram o seu trabalho e avançaram no seu processo de organização (NOGUEIRA, 2005, p. 135).

A partir dos anos de 1980 consolida-se no meio da categoria docente a idéia da profissionalização do professor. Afinal ele é um trabalhador da educação. O renomado educador Miguel Arroyo (1980, p. 17-18) afirma que:

A nova consciência e a nova prática dos trabalhadores da Educação é se sentirem como trabalhadores e sentirem a necessidade de se associarem como tais, e organizarem sua luta nos mesmos moldes dos trabalhadores da produção, do comércio [...] e, sobretudo se sentirem solidários nos mesmos objetivos de

questionar o modelo sociopolítico e econômico, o Estado, a organização do trabalho [...] que os gera e explora como trabalhadores (ARROYO, 1980, p. 17-18).

Do ponto de vista da economia, a década de 1980 no Brasil caracterizou-se por altas taxas de inflação e baixo crescimento da economia. Se nos anos 1970 a economia brasileira teve um crescimento médio de 8,8% do PIB, nos anos 1980 essa taxa caiu para 3,0% (POCHMANN, 2001). Esta realidade aliada à crise do regime militar e à abertura política contribuiu para arregimentar trabalhadores e retomar o sindicalismo combativo. No dizer de Antunes (1991, p. 87):

Desde a crise da dívida externa em 1981, o país permaneceu à margem do circuito financeiro internacional. A crise do regime militar e a abertura política num cenário hiperinflacionário contribuíram, de certo modo, para que o sindicalismo brasileiro demonstrasse, em comparação com o sindicalismo de outros países industrializados, uma singular combatividade e capacidade de mobilização social.

É que, apesar da deterioração macroeconômica, o Brasil ainda era uma economia protegida da concorrência internacional, com um mundo do trabalho estruturado em algumas categorias assalariadas organizadas num aparato sindical-corporativo unitário que garantia um poder de barganha relativo e um setor público cuja dinâmica positiva do emprego garantia a pequena deterioração do mercado de trabalho (ALMEIDA, 1996). Esta conjuntura demarcada pela crise econômica levou muitas categorias de trabalhadores com seus salários defasados a buscarem melhores condições de trabalho, particularmente de atualização de seus salários.

As greves, sobretudo salariais, mas também políticas, revelam a busca pelos empregados do setor público, das formas históricas de luta operária. Nesse sentido, a conquista do direito de sindicalização do servidor público, consagrado na Constituição de 1988 (Art. 37) significou a trajetória formal de um movimento real mais amplo e de importância inédita, no campo do trabalho e do sindicalismo no Brasil (NOGUEIRA, 2005).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 veio legitimar um movimento já existente, vez que os servidores públicos se aglutinavam em associações não reconhecidas como entidades sindicais, embora agissem, muitas vezes, como categoria sindicalizada.

A Constituição veio incorporar as práticas que os trabalhadores do serviço público vinham realizando mediante formas organizativas, por eles forjadas e cristalizadas no processo, mesmo das suas lutas, a despeito da existência de qualquer enquadramento legal.

Para Oliveira (1999), a Constituição de 1988 cristalizou novos direitos graças à capacidade dos dominados de criarem a fala, de passarem a ser autores da sua própria cidadania.

Se até então, aos funcionários públicos era proibida a sindicalização, a partir da Constituição vigente, os funcionários públicos de todo o país conquistaram o direito legal de terem Sindicatos próprios.

A situação de queda salarial que atingiu os trabalhadores brasileiros desde 1986, devido às perdas inflacionárias e o aumento dos níveis de emprego criaram condições favoráveis à emergência e expansão da atividade sindical no setor público (NOGUEIRA, 2005).

Em razão do direito a sindicalização dos servidores públicos, o número de Sindicatos aumentou consideravelmente. Na obra “Trabalho e Sindicalismo: Tempo de Incertezas”, o artigo de Aldacy Rachid Coutinho, “Trajetória do Sindicalismo Brasileiro: Análise do Suporte Legislativo” aponta esse crescimento citando Pesquisa Sindical feita pelo IBGE em 2001. Em sua conclusão, afirma o autor:

Por fim, expressivo foi ainda o incremento do número de Sindicatos de servidores públicos, em torno de 9,8%, com participação no total de Sindicatos de trabalhadores de 9% (1991) para 17% (2001), consequência direta da Constituição da República de 1988 que, inovando na ordem jurídica, garantiu o direito de livre associação sindical (ARAUJO; FERRAZ, 2006, p. 284).

No município de Lages/SC, o sonho dos funcionários em ter um Sindicato próprio começou a se concretizar em 1989, quando o então presidente da Associação dos Servidores Sr. Amilton Werlich articulou, por meio de um Edital de Convocação publicado no jornal Correio Lageano na edição de 15 de março de 1989, todos os associados da entidade para a Assembleia Geral Extraordinária de Criação do Sindicato com direito a voto.

Importa salientar, que o Sindicato Municipal dos Profissionais em Educação de Lages – SIMPROEL, não nasceu com as características de um Sindicato, mas como uma associação, já que a criação de um Sindicato, segundo a própria Constituição de 1988, não poderia acontecer sem antes ele ter sido uma associação.

Sendo assim, em 1989, alguns funcionários municipais, primeiro criaram a Associação dos Servidores Municipais, que era presidida pelo Sr. Amilton Werlich e, no mesmo ano, transformaram a Associação dos Servidores para Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

É fato incontestável, que do mundo associativo dos servidores públicos, uma parcela significativa das entidades e associações não alterou substancialmente sua forma tradicional de ser e ainda hoje, mantém distância em relação ao mundo sindical. Isso pode ser comprovado a partir da pesquisa realizada sobre entidades associativas e sindicais do setor público paulista, que mostra tanto a formação dos Sindicatos no setor público após a Constituição de 1988, quanto à manutenção de muitas associações tradicionais que não desejavam a sua transformação em Sindicatos (NOGUEIRA, 2005).

Boshi (1987, p. 40) criticou a manutenção das associações, e muito bem captou as suas fragilidades. Cabe transcrever a sua crítica aos movimentos associativos que eram regra no serviço público, antes de 1988:

As associações desempenham um papel híbrido; de um lado surgem como uma organização sindical que escapa ao controle do Estado, mas não está legalmente aparelhada para atuar como Sindicato; de outro, constitui-se em um grupo de interesses que, longe de fazer reivindicações específicas, defendem perspectivas políticas de maior alcance. Nesse sentido, são organizações frágeis, que tendem a ser eliminadas politicamente, tão logo deixem de existir determinadas condições conjunturais estratégicas.

No que diz respeito, aos funcionários públicos, a criação de Sindicatos próprios mais que um desejo era uma necessidade, visto que a política neoliberal que atingiu o país em 1989, não foi favorável aos funcionários públicos.

Em 1989, no Brasil, a proposta neoliberal chegou ao poder com a eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da República. Collor, eleito pelo PRN – Partido da Renovação Nacional, assumiu a Presidência depois de acirrada disputa, em segundo turno, contra o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, em campanha marcada pelo discurso de combate à corrupção. Mal tomou posse, por meio de mais um plano econômico baseado em congelamento de salários, o novo presidente deixou claro que os trabalhadores continuariam a pagar a conta (MATOS, 2009).

Mas a política econômica de Collor não estava baseada apenas no plano que apresentou em seu primeiro dia de mandato. Com um programa de demissão de funcionários públicos, privatização de empresas estatais e abertura do mercado brasileiro para as importações, procurou ajustar o país às receitas neoliberais para a economia dos mercados emergentes, ditadas pelos organismos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial (MATOS, 2009).

Para Nogueira (2005), a opção dos funcionários públicos em transformar as associações em Sindicatos resultou, principalmente, porque os Sindicatos permitem adotar

linhas de ação marcadamente reivindicatórias, de luta e defesa das categorias, enquanto que as associações, apesar da postura reivindicatória por parte delas, possuem na prática, um caráter, sobretudo assistencial.

A Assembleia Geral de criação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lages, segundo a ata do Sindicato (1989), aconteceu no dia 28 de março de 1989. Na Assembleia deliberou-se: 1) Criação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lages; 2) Aprovação do Estatuto Social do Sindicato; 3) Incorporação da Associação dos Servidores Municipais de Lages ao Sindicato; 4) Fixação da mensalidade; 5) Eleição da diretoria.

Cabe transcrever uma parte da ata de criação do Sindicato:

Apresentada a ordem do dia, o Sr. Presidente passou à discussão do primeiro item do Edital e após fazer diversas considerações sobre a importância da fundação de um Sindicato para lutar pelos interesses da categoria, deixou a palavra livre. Houve por parte dos presentes, diversas manifestações de apoio à fundação da Entidade, logo após, a matéria foi submetida à votação secreta, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se a discutir o segundo item do Edital, que trata da aprovação dos Estatutos Sociais da Entidade, tendo o Sr. Divaldo Luiz de Amorim esclarecido aos presentes que o modelo a ser discutido foi elaborado com base no Estatuto adotado pelas demais Entidades Sindicais de Lages, com algumas alterações e adequações, face à nova norma constitucional, e a natureza do empregador. Longos debates foram travados a cerca da finalidade da Entidade, suas prerrogativas, direitos e deveres dos associados, das Assembleias, da composição da diretoria, duração do mandato e processo eleitoral. Feitos os esclarecimentos de todas as dúvidas, o Sr. Presidente colocou a matéria em votação secreta, tendo como resultado a aprovação por setenta e sete votos contra trinta e quatro que foram contrários (ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LAGES, 1989).

Foram eleitos, conforme a ata citada, para a primeira diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lages, como presidente o Sr. Amilton Werlich e vice-presidente o Sr. Alaor Schweitzer.

O Sindicato parece ser uma necessidade dos professores, uma vez que estes estavam presentes na criação da primeira Associação dos Servidores Municipais e depois, passaram a ter representatividade na diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Segundo Scherer-Warren (2001) é por meio dos movimentos sociais que os sujeitos coletivos poderão começar a minar as tradicionais estruturas de dominação com seus respectivos modelos de desenvolvimento, de exclusão social, discriminação sociocultural e estabelecer novos rumos para a nossa sociedade, com vistas às gerações futuras.

Possivelmente o Sindicato seria um espaço de luta dos funcionários públicos municipais por melhores salários e benefícios, portanto um espaço para minar as tradicionais estruturas de dominação.

O processo histórico que antecede à fundação do Sindicato dos Profissionais da Educação de Lages permite pensar que, progressivamente os professores vão reivindicando qualidade, força social e política de sua organização, enquanto categoria. Não se satisfazendo com a conquista do direito ao trabalho, salário, outros direitos são vislumbrados no horizonte do exercício da cidadania. De acordo com Marx e Engels (1996), o homem precisa, antes de qualquer coisa, prover suas necessidades básicas de sobrevivência, o que faz através do processo de trabalho. Porém, uma vez supridas as necessidades essenciais, outras surgirão em seu lugar, clamando por satisfação, o que forma uma espiral contínua caracterizada como ato histórico. Estas necessidades constituem-se como “um estado de carência do indivíduo”, o qual busca através de atos e ações, supri-las de alguma maneira dentro de suas possibilidades reais, ou seja, tendo em vista, suas condições objetivas de existência.

Dois elementos, segundo Agnes Heller citado por Ribeiro (2005) estão presentes na luta dos movimentos sociais e, portanto, incluem-se os Sindicatos, primeiro, as necessidades radicais, que seriam as de sobrevivência, de questionar a legitimidade da dominação, seja ela qual for, de contestar o Estado, entre outras. O segundo, trata-se da ênfase na vida cotidiana (espaço de reprodução da vida social), entendida como lugar da dominação, mas também da rebeldia, da mudança.

Na criação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, esteve presente os dois elementos apresentados por Agnes Heller citado por Ribeiro (2005), primeiro a necessidade de sobrevivência dos funcionários, por meio da conquista de melhores salários, depois a necessidade de se fazer ouvir diante da administração municipal.

O Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lages foi registrado no Cartório de registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages, Santa Catarina, pela oficial Beatriz Köche Pontin, no dia 25 de abril de 1989 (CARTÓRIO DE REGISTRO, 1989).

Consta o Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lages de sete capítulos: Capítulo I – Da sua Constituição, Prerrogativas e Condições de Funcionamento; Capítulo II – Dos associados: Direitos e Deveres; Capítulo III – Da Estrutura, Administração, Fiscalização e Representação do Sindicato; Capítulo IV – Dos órgãos de Deliberação da Categoria; Capítulo V – Das Eleições; Capítulo VI – Do Processo Eleitoral, Capítulo VII – Da Gestão Financeira e Patrimonial.

No Capítulo I do referido Estatuto, aborda sobre a Constituição, Prerrogativa e Condições de Funcionamento, mais especificamente no Art. 1º encontra-se a finalidade primeira da Constituição do Sindicato:

Art. 1º O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lages, com sede na cidade de Lages, estado de Santa Catarina, é constituído como entidade jurídica de direito privado, para a defesa e a representação legal da Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais, Autarquias e Fundações.

Art. 2º Constitui finalidade precípua do Sindicato:

- A melhoria nas condições de vida e de trabalho de seus representados;
- A independência e autonomia da representação Sindical. [...]. (ESTATUTO DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LAGES, 1989).

No Art. 3º que descreve sobre as prerrogativas do Sindicato, no parágrafo III, encontra-se como prerrogativa do Sindicato: “Constituir serviços para a promoção de atividades profissionais, econômicas, culturais, artísticas, esportivas, de educação e comunicação, jurídicas e assistenciais”.

A interpretação dos artigos citados permite-nos observar que o Sindicato, na sua criação, se propôs a representar e defender os interesses dos servidores e ainda, promover atividades culturais, esportivas, de educação, prestar assessoramento jurídico e assistencialista aos servidores. Portanto, é possível identificar as duas dimensões presentes na origem do Sindicato apontadas por Agnes Heller – as carências materiais, políticas e a ênfase na reprodução da vida cotidiana, isto é, enquanto espaço da vida social. A autonomia e a independência são dois princípios que não podem ser subestimados. A categoria está querendo e aprovando um Sindicato que opere a partir de suas próprias condições, enraizado em sua base social e que atue com liberdade.

Até o mês de maio de 1989, o Sindicato que representava os professores da Rede Municipal de Ensino era o mesmo de todos os funcionários municipais. Os professores não contavam com um Sindicato próprio, que lutasse a favor de seus interesses. Não se viam contemplados no expecto do Sindicato dos funcionários municipais. O fato é que, as causas específicas da categoria direcionaram para a criação de um Sindicato específico.

Em 14 de maio de 1989, os professores deram os primeiros passos para a criação do Sindicato dos Professores, quando fundaram, com a ajuda do Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lages, a Associação dos Professores do Município de Lages – ALPROM.

O desejo maior dos professores era constituir um Sindicato da categoria, que lutasse em prol dos interesses dos profissionais da Educação, mas para tal, por imposição legal, como

já havia acontecido com o Sindicato dos Funcionários Públicos do Município, o primeiro passo o Sindicato dos Professores foi a criação de uma Associação.

Em informativo enviado para os professores pela Associação encontram-se dados sobre a fundação da ALPROM².

No dia 01 de julho de 1989, a Associação dos Professores, representada pela professoras Maria Isabel Viera e Neusa Maria Zangelini, que foram escolhidas em Assembleia Geral realizada no dia 24 de maio de 1989, como representantes do Conselho Diretor e do Conselho Deliberativo da ALPROM até que fosse constituída a primeira diretoria, encaminharam às Escolas e Centros Infantis Municipais, ofício que comunicava a criação da ALPROM.

Dizia o ofício:

Vimos por meio deste, comunicar a V. Sa. a criação da ALPROM – Associação Lageana dos Professores Municipais, ato este, que contou com a participação efetiva dos professores, reunidos em Assembleia Geral, no dia 24 de maio de 1989, às 18:00 horas nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo - SMECT (OFÍCIO CURRICULAR, nº 001/89, ALPROM, 1989).

Desde a fundação da ALPROM, até a realização da 1ª Assembleia que aprovou o seu estatuto e elegeu a diretoria, o Conselho Deliberativo e o Conselho Diretor trabalharam na elaboração de um esboço que mais tarde viria, em Assembleia realizada com o quadro do magistério do município, a se transformar no Estatuto que dispunha sobre as normas da ALPROM.

Sobre aprovação do 1º Estatuto e da 1ª Diretoria da ALPROM, em 7 de julho de 1989, encontra-se:

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, do dia sete de julho de 1989, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação (Parque Jonas Ramos), na cidade de Lages, no Estado de Santa Catarina, estando presentes a maioria dos professores da rede Municipal de Ensino, foi oficialmente aberta a primeira Assembleia Geral do Magistério Público do Município de Lages. [...]. Encaminharam as atividades previstas em pauta: 1) leitura e aprovação do Estatuto da Associação de professores, diretores, supervisores e secretários da Rede Municipal de Ensino; 2) Eleição da Diretoria e Conselho Deliberativo da Associação. [...]. Após ser apresentada a proposta de Estatuto e feitas as modificações, o Estatuto, submetido a aprovação, foi aprovado com unanimidade. [...]. Foi aberto espaço para a apresentação nos nomes que compunham a Diretoria e colocado em votação [...]. Elegeu-se para presidente: Maria Isabel Vieira (130 votos); vice-presidente: Neusa Maria Zangelini (125) votos (LIVRO DE ATAS - ALPROM – LIVRO, nº 1, 07/07/1989).

² Fundada em 89, por um grupo de professores idealizadores, que corajosamente realizaram a primeira Assembleia, mais ou menos 130 professores, aprovaram o Estatuto da ALPROM e elegeram a 1ª Diretoria (INFORMATIVO DA ALPROM, 09/12/1997)

A análise do Estatuto de Funcionamento da ALPROM permite observar que o Estatuto se divide nos seguintes capítulos: Capítulo I – Da Personalidade e Autonomia; Capítulo II – Dos Fins da Associação; Capítulo III – Dos Deveres e Direitos dos Associados; Capítulo IV – Da Estrutura e Organização; Capítulo V – Das Eleições; Capítulo VI – Da Renúncia e da Pena de Mandato; Capítulo VII – do Patrimônio e da Dissolução.

O Estatuto da ALPROM, Capítulo I descreve sobre a Personalidade e Autonomia da Associação, em seu Art. 1º: “A associação dos Professores de Lages [...] é uma entidade civil, sem fins lucrativos independentemente de atividade política partidária e religiosa, [...]”. (ESTATUTO ALPROM).

Observa-se, que já na origem da ALPROM, pela consciência de que a organização dos professores precisava manter uma identidade própria, um lugar, um campo na sociedade civil e política, bem definidas, pois o estatuto estabelecia a ALPROM como uma organização que transcende a interesses e ideologias partidárias, bem como, as opções religiosas.

Na sua origem a ALPROM se propôs, por meio de seu estatuto, a ser uma associação de professores independente, sem atrelamento de atividades religiosas e partidárias. O interesse fundamental dos professores parece ter sido a criação de uma organização – associação e depois, Sindicato – para defender os interesses e direitos da categoria com autonomia e independência.

É o que pode se constatar no seu estatuto. Dispõem o Capítulo II, Art. 3º:

Art. 3º - A ALPROM tem os seguintes fins:

- I. Promover a unidade entre os trabalhadores da Educação, defendendo os direitos e os interesses de seus associados;
- II. Lutar por condições justas de trabalho, salário e progressivo melhoramento técnico pedagógico, socioeconômico, político, cultural e proporcionar apoio jurídico aos associados;
- III. Propugnar por uma política educacional que atenda as necessidades e aos anseios da sociedade;
- IV. Promover eventos que propiciem o aprimoramento profissional, político e cultural;
- V. Proporcionar aos sócios momentos de lazer;
- VI. Analisar e atualizar o Estatuto do Magistério Público Municipal sempre que necessário ou a pedido dos professores (ESTATUTO ALPROM, CAP. II, ART. 3º).

Quando foi criada, a Associação se propôs a unir os professores em favor dos interesses da categoria, lutar por condições justas de trabalho, aprimoramento pedagógico, proporcionar momentos culturais e de lazer aos associados, atualizar o Estatuto do Magistério sempre que se encontrar desatualizado.

A ALPROM, desde o início enfrentou desafios. O primeiro deles foi a alteração do Estatuto do Magistério da Rede Municipal que era uma reivindicação dos associados e, o mais audacioso, nos anos 90 a transformação da Associação em Sindicato.

Durante o seu percurso, a ALPROM esteve à frente dos professores, reivindicando e conquistando direitos para a categoria. Uma de suas lutas se deu em torno da alteração do Estatuto do Magistério. Nessa luta a ALPROM conquistou o direito do quadro de carreira do magistério se classificar de acordo com o gênero de trabalho e os níveis de complexidade das atribuições e responsabilidades dos seus ocupantes (Ata s/n, do Livro de Atas nº 1 da ALPROM, 28/07/1989).

Representados pela ALPROM, os professores trabalharam na revisão da Lei de Eleição dos Diretores das Escolas Municipais, onde garantiram o direito de eleger, além dos diretores de Escolas Básicas, os diretores dos Grupos escolares, e, ainda, que o candidato fosse um professor efetivo, formado ou cursando um curso superior na área educacional. Garantiu-se, também a participação de toda a comunidade na eleição, ou seja, que tivessem direito a voto: os professores, os pais e os alunos (Ata s/n, do Livro de Atas nº 1 da ALPROM, 26/08/ 1993).

A participação da ALPROM, que se fez voz dos professores municipais, foi um passo dado à frente da qualidade do ensino municipal, uma vez que garantiu que as escolas municipais passassem a ser administradas por professores efetivos e com formação de nível superior, que eram os integrantes sociais que trabalhavam nas escolas e por isso, as pessoas mais indicadas para estarem à sua frente.

A ALPROM participou com sucesso, nos anos 90, da manutenção do Instituto de Previdência do Município de Lages, IPML, que passava por dificuldades financeiras e administrativas. As negociações levaram o IPML a superar, mesmo que temporariamente, as dificuldades, e conseguir manter os compromissos como órgão de aposentadoria dos funcionários públicos municipais (Ata s/n, do Livro de Atas nº 1 da ALPROM, 21/09/1993).

Ainda nos anos 90 a ALPROM garantiu que os professores passassem, anualmente, por um processo de avaliação, e que os que fossem bem avaliados passassem a receber na sua folha um percentual de 2% sobre os seus salários. A avaliação foi uma conquista fundamental para a categoria, principalmente para os professores contratados em regime celetista. A avaliação garantiu a recontração dos professores celetistas bem avaliados, no início do ano letivo.

A respeito da avaliação dos professores contratados, a ALPROM garantiu, em acordo com a Secretaria de Educação do Município, que os mesmos conhecessem os critérios

utilizados para avaliá-los. É o que se pode constatar no texto a seguir: “A ALPROM distribuiu aos representantes das escolas, membros da ALPROM, uma folha onde constam os itens de avaliação dos professores, no intuito de esclarecê-los sobre os critérios constantes na sua avaliação” (Ata s/n, do Livro de Atas nº 1 da ALPROM, 18/10/1993).

A contratação dos professores considerados bem avaliados foi uma conquista para toda a comunidade escolar e para a qualidade da educação municipal, pois garantiu que profissionais competentes continuassem nas escolas. Por outro lado, essa avaliação se tornou instrumento de poder na mão de muitos diretores que passaram a fazer com que os professores se calassem frente aos seus possíveis desmandos e injustiças.

A ALPROM que deveria se manifestar em prol dos injustiçados, que foram afastados sem direito a se defenderem, rotulados como incompetentes, não desenvolveu nenhuma política de acompanhamento dos professores demitidos.

Cabe aqui, uma crítica a ALPROM, que conquistou um direito para os professores contratados, mas não exerceu um controle sobre os diretores escolares. Não condicionou o processo avaliativo à participação de outros membros da comunidade escolar e não atuou em defesa dos professores afastados que tiveram seus contratos suspensos.

A ALPROM esteve principalmente, frente às lutas por melhores salários dos professores, ao reivindicar pela reposição de percas e conquista de ganho real, ao conseguir melhorar os percentuais de regência dos professores, ao manter as Bolsas de Estudo à nível de graduação que o Sindicato dos Professores tinha conseguido, mas que o Poder Público Municipal ameaça reduzir.

Mas as conquistas não se limitaram às causas econômicas, a ALPROM implantou um calendário de eventos culturais e esportivos para os professores, promovendo uma maior interação dos seus associados e investindo na melhoria de sua qualidade de vida.

Uma das ações realizadas pela ALPROM, que teve como maior interesse levantar a autoestima dos professores, tão desvalorizados e desrespeitados pela sociedade, foi a realização de festas para os professores em locais muito bem estruturados, como o Clube 14 e Caça e Tiro. Entre as festas realizadas destacam-se a festa do Dia dos Professores e a festa de São João. Outras ações culturais, implantadas pela ALPROM foram a realização de palestras de motivação e de autoestima, a apresentação de grupos de teatro.

Os eventos esportivos também foram metas da ALPROM. Anualmente, os professores representando suas escolas, puderam se inscrever para participar dos jogos do Sindicato, que contemplaram o futebol, o voleibol, dominó, entre outros.

Visando investir na qualidade de vida dos professores a ALPROM fechou convênios com várias academias da cidade, com salões de beleza e com massagistas.

Analizando algumas ações encabeçadas pela ALPROM, pode-se concluir que a mesma, cumpriu um papel histórico que não pode ser subestimado, pois, durante o processo de transição do Sindicato dos Servidores Públicos para o Sindicato dos Professores atuou com muito empenho na defesa e conquista dos direitos de seus associados.

A ALPROM funcionou como uma espécie de incubadora do Sindicato, porque, além de gestar as ideias do projeto de fundação do Sindicato, deu os primeiros passos para a união dos professores, permitiu que eles encontrassem seus pares e juntos, pudessem buscar instrumentos de emancipação da categoria.

O Sindicato, próprio da categoria, começou a se concretizar no dia 09 de outubro de 1997, conforme pode ser constatado na ata do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lages:

Aos nove dias, do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e sete, reuniram-se em Assembleia Geral, os servidores públicos municipais, no Centro Educacional Vidal Ramos Júnior, às dezesseis horas e trinta minutos. Antonio Agostinho Vieira, membro da diretoria, fez a abertura e passou a palavra para o Presidente Antônio Leandro Môro, que iniciou lendo a pauta da Assembleia: 1) Criação do novo Sindicato, ou seja, o desmembramento de uma categoria, a de Professores, [...]. Môro falou sobre a criação do Sindicato, disse que é um direito da classe do magistério, [...], melhor seria que continuássemos juntos, mas que não podia impedir que a Educação seguisse seus objetivos (ATA DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LAGES, S/N, 1997).

Alguns servidores se manifestaram contrários à ideia de dividir o Sindicato, justificando que, os servidores perderiam força e que a Educação por ter verba própria, sairia fortalecida. Mas os professores rebatem esta posição, é o que se pode constatar em outro trecho da ata anteriormente citada:

Aidamar Seminotti Hoffer, vice-presidente do Sindicato dos servidores e uma das idealizadoras da proposta de separação e formação de outro Sindicato somente para a Educação, diz que a ideia não é dividir forças e acredita que nas grandes lutas salariais estarão unidos os dois Sindicatos, mais fortes do que nunca para alcançar os objetivos que forem comuns a todos. O professor Valdecir diz que esse momento é importante para os professores e que o desejo da classe não é apenas buscar aumento diferenciado, mas uma luta mais ampla como formar grupos de estudo em torno da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), fiscalizar o Fundão que iniciará em janeiro de 1998, enfim o Sindicato dos professores se preocuparia mais com questões da Educação [...]. Mara Marcelino, Presidente da ALPROM, [...], disse que a decisão de criar um Sindicato próprio não quer dizer que os professores queiram se afastar dos demais funcionários, até porque o Sindicato tem bens que continuarão sendo comum a todos, como é o caso da Sede do Social.

O tema em pauta foi colocado em votação sendo aprovado pela maioria dos presentes com direito a voto. A Assembleia seguiu resolvendo os assuntos em pauta.

No dia 09 de dezembro de 1997, nas dependências do Centro Educacional Vidal Ramos Júnior, aconteceu a primeira Assembleia Geral Ordinária do Sindicato Municipal dos Professores de Lages – SIMPROEL. No Livro nº. 1, de Atas do SIMPROEL, Ata nº 1, encontra-se a pauta: “1) Aprovação do Estatuto do SIMPROEL; 2) Incorporação da ALPROM ao Sindicato; 3) Inscrições de Chapas para a primeira diretoria; 4) Eleição por aclamação da diretoria”.

A atual presidente da ALPROM, Sra. Mara Marcelino, procedeu a abertura da Assembleia Geral Ordinária. É o que se pode constar na Ata nº 1:

Presidente da ALPROM, agradeceu a presença de todos, ressaltando a importância da união da categoria. [...]. Explicou que as escolas receberam uma correspondência com o Estatuto previamente estudado por uma comissão para que os professores pudessem analisá-lo antes de vir para a Assembleia. [...]. A professora Isabel Vieira fez uso da palavra lembrando que o Estatuto é composto de 90 artigos. Os professores sugeriram que o Estatuto fosse melhor estudado nas escolas e que passasse por aprovação somente no mês de fevereiro. A presidente Mara Marcelino explicou que a eleição da diretoria estava condicionada à aprovação do estatuto, portanto ele deveria passar por aprovação na Assembleia. Explicou, ainda, que o Estatuto poderia passar por reformulações, a qualquer tempo. Colocado em aprovação, o Estatuto foi aceito pela maioria dos professores.

É possível perceber que o encaminhamento do estatuto do Sindicato foi contraditório. Enquanto uma posição sustentava o estudo detalhado do mesmo, a outra, impunha o estatuto como pré-requisito para aprovação da diretoria naquela data. Entre outras perdas, certamente o estudo do estatuto pelos associados precedendo a eleição da diretoria poderia ter se constituído em excelente instrumento pedagógico, tendo em vista, a educação política dos associados. Condicionar o estudo do estatuto à eleição da diretoria poderia ser um disparador da formação de grupos ou da base social mais consciente sobre o papel do Sindicato.

A incorporação do sindicalismo como prática, segundo Nogueira (2005) pode ser considerada tanto uma ação de defesa de interesses, quanto uma ação em busca de liberdade e autonomia.

A primeira diretoria do Sindicato teve a frente da Presidência a Sra. Aidamar Seminotti Hoffer que “falou agradecendo o apoio recebido e disse que o objetivo maior do Sindicato, no momento, é a elaboração do Plano de Carreira para o Magistério Municipal” (TRECHO DA ATA Nº 1, LIVRO DE ATAS, Nº 1).

O Quadro 1 apresenta os presidentes da ALPROM , ao longo de sua história como associação:

Quadro 1: Presidentes da ALPROM

PERÍODO	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE
07/07/89 a 27/06/91	MARIA ISABEL VIEIRA	NEUSA MARIA ZANGELINI
27/06/91 a 15/06/93	IVANEI SCHNEIDER	SOELI WESTPHAL
15/06/93 a 06/07/95	AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER	IVANA ELENA MICHALTCHUK
06/07/95 a 20/02/98	MARA DE FÁTIMA MARCELINO*	AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER

* Observação: A presidente da ALPROM se manteve no cargo desde a eleição do SIMPROEL até a posse da diretoria eleita.

Importa salientar que a última presidência da ALPROM passou pela transição da ALPROM em Sindicato e se manteve no cargo até a posse da primeira diretoria eleita para presidir o sindicato.

Mas voltando ao assunto Plano de Carreira e Remuneração dos profissionais da Educação, importa salientar que era uma disposição legal de 1996, mas que não tinha sido ainda implantado no Sistema Municipal de Educação.

Em dezembro de 1996, a LDB 9394/96, em seu Artigo 67, dispôs: Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da Educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I. Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II. Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III. Piso salarial profissional;
- IV. Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V. Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI. Condições adequadas de trabalho.

A Lei 9424/96, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEF, também dispôs sobre a implantação do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério:

Art. 9 - Os Estados, o DF e os Municípios deverão [...] dispor de novo Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de modo a assegurar:

- I. A remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, e efetivo exercício no magistério;
 - II. o estímulo ao trabalho em sala de aula;
 - III. a melhoria da qualidade do ensino.
- Art. 10 - Os Estados, o DF e os Municípios deverão:
- I. Apresentar Plano de Carreira e Remuneração do Magistério de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação.

O Plano de Carreira, Cargos e Salários, historicamente uma bandeira de luta dos professores, utilizada pela ALPROM para a transformação da associação em Sindicato e foi importante para manter os associados coesos e engajados no Sindicato, uma vez que os baixos salários pagos aos professores, a impossibilidade de crescer na carreira, o fato de todos os professores, independentemente do nível de formação, não receberem salários compatíveis com a sua habilitação, era uma preocupação que atingia a todos e que só poderia ser, em parte, solucionada pelo plano de carreira.

Depois de aproximadamente oito anos, contando desde a criação da ALPROM os profissionais da Educação têm o seu objetivo de ter um Sindicato próprio concretizado.

A primeira diretoria do SIMPROEL tomou posse em 20 de fevereiro de 1998. Em discurso que empossou a diretoria do Sindicato, a presidente da ALPROM que tinha ficado à Frente do Sindicato temporariamente, reafirmou que com a criação do Sindicato a categoria de professores sairia fortalecida. É o que se pode constatar na Ata nº 2, do Livro de Atas nº 1 do SIMPROEL:

A Presidente da ALPROM fez uso da palavra reafirmando que com a criação do SIMPROEL a categoria sairia fortalecida. Mara Marcelino, então, declarou empossada a primeira Diretoria do SIMPROEL. Em seguida, fez uso da palavra a Presidente eleita Sra Aidamar Seminotti Hoffer que ressaltou a importância da união dos dois Sindicatos nas conquistas que assegurarão um trabalho sério e comprometido com a classe trabalhadora municipal.

Importa salientar que a professora Mara Marcelino assumiu o sindicato até que a primeira Diretoria eleita fosse empossada.

O quadro abaixo permite observar que a Professora Aidamar Seminotti Hoffer foi a primeira presidente do SIMPROEL.

Quadro 2 – Presidentes do SIMPROEL

PERÍODO	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE
20/02/98 a 02/01/01	AIDAMAR SEMINOTI HOFFER	NEUSA MARIA ZANGELINI
02/01/01 a 20/02/02	MARA DE FÁTIMA MARCELINO*	
02/02/02 a 08/08/02	MARA DE FÁTIMA MARCELINO**	
09/08/02 a 05/03/04	NEUZA MARIA SANGELINI	
05/03/04 a 01/11/06	NEUZAMARIA ZANGELINI	MARA DE FÁTIMA MARCELINO
01/11/06 a 22/02/07	MARA DE FÁTIMA MARCELINO***	
22/02/07 a 25/02/10	MAARA DE FÁTIMA MARCELINO	AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER
25/02/10 até presente data	AMILTON WERLICH	DEBORA REICHERT

* Presidente Interina, devido a renúncia da Presidente Aidamar Seminotti Hoffer.

** Presidente Interina, devido ao licenciamento da Presidente Neuza Maria Zangelini.

*** Presidente Interina devido a renúncia da Presidente Neusa Maria Zangelini para assumir o cargo de Secretária da Educação do Município de Lages/SC.

No dia 18 de março de 1998, depois de ter negociado, juntamente com o Sindicato dos Servidores, um aumento de 10% para a categoria, e mais alguns benefícios, o SIMPROEL volta a convocar os professores para uma Assembleia Geral extraordinária. Na Ata nº 5, do Livro de Atas nº 1, pode-se compreender os motivos da convocação:

A Presidente iniciou a Assembleia dando boas vindas aos colegas e dizendo da necessidade de reuni-los para verificarem sobre um assunto já deliberado por todos. A Presidente explicou, que por falta de informação, deixou-se de cumprir uma exigência do MTB que era de publicar no Diário Oficial do Estado, o Edital de Convocação da Assembleia que criou o Sindicato dos Profissionais da Educação, em Lages. A falta dessa publicação dificultou o registro do SIMPROEL no Ministério do Trabalho. Diante deste fato tornou-se necessário a realização da Assembleia bem como, a publicação da mesma em Diário Oficial. Ainda deixou claro que a Assembleia era unicamente para o fim explicado.

O Ministério do Trabalho, atualmente denominado Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, é o órgão competente para conceder o Registro Sindical à organização representativa de categoria econômica, profissional ou específica, com o fim precípuo de zelar pela unicidade sindical (MTE, 2010).

A competência do Ministério do Trabalho e Emprego para o registro de entidades sindicais é uma decorrência natural da manutenção do sistema da unicidade sindical, que visa a impedir que mais de um Sindicato represente o mesmo grupo econômico, profissional ou

específico na mesma base territorial, cumprindo a este Ministério zelar pela observância do princípio da unicidade sindical, em atuação conjunta com os terceiros interessados.

Mas é também um resíduo da era getulista que vinculou os Sindicatos de trabalhadores ao Estado, com a tentativa de dominar os Sindicatos em favor de seus interesses.

A organização sindical no Brasil se dá por categorias, conforme estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em seu Art. 511:

É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade e profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

A CLT enuncia o conceito de categorias a partir da “solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica” (CLT, Art. 511, § 1º). Categoria profissional, relativa aos trabalhadores, decorre da “similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas” (CLT, art. 511, § 2º). Tem-se, ainda, a categoria profissional diferenciada, formada pelos empregados que “exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de situações de vida singulares”, nos termos do § 3º do Art. 511 da CLT.

Tendo em comum o exercício de funções da Educação, portanto, condições de trabalho similares, imediatamente ao registro do Edital de Convocação da Assembleia no Diário Oficial, o Sindicato teve seu registro autorizado pelo Ministério do Trabalho.

Mas, as reivindicações dos professores não se esgotaram na reformulação do Estatuto do Magistério e na elaboração e implantação do Plano de Carreira, muitos seriam os desafios a serem enfrentados pelo Sindicato, como a aquisição de uma sede própria para funcionamento do Sindicato e muitos outros benefícios para os associados, os quais será visto no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 - ATUAÇÃO DO SINDICATO: 1997 – 2009

Este capítulo objetiva analisar a atuação do Sindicato, do ano de 1997 a 2009, protagonizada pelos seus associados. Os dados foram obtidos pela leitura e interpretação dos documentos encontrados no SIMPROEL e na memória da pesquisa, como se viu, é sujeito pesquisador e também sujeito pesquisado

O Sindicato dos Professores do Município de Lages, um antigo sonho dos professores, foi constituído no ano de 1997, sete anos depois dos funcionários iniciarem a criação do Sindicato dos servidores públicos municipais.

Freire (1999) bem disse que a esperança crítica é uma necessidade ontológica, é um imperativo existencial e histórico, e não é possível entender a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho.

Foi o sonho dos professores, movido pelo desejo de se fazer ouvir, pelas suas diferentes necessidades, que impulsionou o Sindicato, a partir de sua criação, a lutar pelos interesses da categoria.

Segundo Rodrigues (1999), na década de 90, o setor da educação apresentou a maior taxa de sindicalização entre os ramos do setor público e também, a maior capacidade de mobilização sindical. Os fatores ligados à escolaridade, aumento e concentração de trabalhadores em condições homogêneas de trabalho e essencialmente, a degradação salarial generalizada no país, explicam essas taxas.

Na cidade de Lages³, apesar dos professores representados então pela ALPROM, já terem ao longo da década de 90, conquistado algumas melhorias salariais, estas não foram suficientes para reverter o quadro de degradação salarial dos professores. Sendo assim, uma das primeiras bandeiras de luta que se apresentava ao Sindicato era lutar pela valorização salarial dos professores que estava condicionada a elaboração e implantação do Plano de Carreira, uma vez que o Plano elevaria a faixa salarial dos professores de acordo com a sua formação e o seu tempo de serviço.

³ Na cidade de Lages, outros Sindicatos também, na década de 90 lutaram pela valorização dos professores, a exemplo do SINTE – Sindicato dos Professores do Estado de Santa Catarina, que não concordando com a política salarial do Estado, sustentada na concessão de abonos, passou a lutar pela incorporação dos abonos no salário base dos professores. Nos anos 90, a política salarial praticada pelo Estado, acrescentou dois abonos na folha de pagamento dos professores, um deles, veio a ser incorporado na folha dos professores no início dos anos 2000, depois de uma greve que paralisou mais de 60% dos professores. O outro abono ainda continua sendo pago na folha até os dias atuais. Segundo o Presidente do SINTE da cidade de Lages, para explicar a folha baseada em abonos, o governo apresentou como motivo a Crise de 90 (PRESIDENTE DO SINTE, LAGES, 2011).

Sobre a degradação salarial dos professores, expressou Gadotti (2000, p. 171):

Apesar da dedicação profissional do magistério e de sua importância social, os professores viram o seu *status* social sendo gradativamente corroído nas últimas décadas, sobretudo em função de seus baixos salários. Há uma enorme dívida social em relação a esses profissionais que exercem sua em condições precárias. Se as escolas ainda têm alguma qualidade, isso não se deve sem dúvida aos administradores municipais, mas à qualidade e dedicação do magistério, que não é tão mal formado como se propaga.

No Estatuto do Sindicato Municipal dos Professores em Educação de Lages – SIMPROEL, pode-se observar que entre as finalidades precípuas do Sindicato se encontra a melhoria das condições de vida e trabalho do professor, o que perpassa pelo salário do professor. É o que se pode constatar no referido Estatuto:

- Art. 2º - Constitui finalidade precípuas do Sindicato:
- II. Melhoria das condições de vida e trabalho de seus representantes;
 - III. A independência e autonomia da representação sindical;
 - IV. Solidariedade e apoio às entidades de grau superior, inclusive em movimentos de paralisação de trabalhadores;
 - V. A manutenção da democracia com permanente movimento em favor da melhoria dos Direitos Sociais.

Desde a sua constituição, o SIMPROEL se propôs, como era desejo da categoria, a se empenhar pelos interesses econômicos e sociais dos professores. Tais propósitos se encontram em consonância com o pensamento de Rossi e Gerab (2009): “Os Sindicatos são organismos sociais, que se destinam à defesa dos interesses econômicos e sociais dos componentes de suas respectivas categoriais profissionais, individual ou coletivamente” (ROSSI, GERAB, 2009, p. 13). Estes interesses são os voltados para as melhorias salariais, de trabalho e das condições de vida em geral dos profissionais.

Nesse sentido, um dos primeiros trabalhos do SIMPROEL foi o acompanhamento das causas individuais de sua base social, conforme se pode constatar na Ata nº. 1, do Livro nº1. de Atas do SIMPROEL: “A professora, Presidente do Sindicato, colocou que o Sindicato vinha acompanhando algumas professoras que tem o procurado o sindicato, para resolver problemas junto à Secretaria de Educação, conseguindo resolver 90% dos casos”.

O Sindicato sempre se pôs como parceiro das causas profissionais particulares dos professores, como saída da sala de aula para exercer a função de secretário ou de auxiliar de direção, como a negociação de adiantamento de décimo terceiro para tratamento de saúde.

Na mesma reunião, que deu origem a Ata nº 1, discutiu-se, também sobre a Contribuição Sindical⁴, que é uma imposição legal, que propicia ao Sindicato constituir um caixa para pagamento de suas despesas fixas.

Ficou decidido em Ata que a contribuição que exceder os gastos fixos, comporá um fundo de empréstimo mensal para os professores, e ainda pagará os custos de um advogado trabalhista que prestará serviços ao Sindicato e aos seus associados (Ata nº. 1, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1).

Sabe-se que a intenção do Sindicato em destinar o seu excedente para um fundo de empréstimos tenderia a auxiliar financeiramente os professores, já que os juros dos empréstimos seriam ilusórios. Mas cabe questionar se estes empréstimos não atuariam como uma armadilha que transformaria o Sindicato em uma empresa prestadora de serviços. Não estaria concorrendo para a montagem da máquina que paralisaria as reivindicações econômicas da categoria, uma vez que, quando um associado tem necessidades econômicas urgentes busca empréstimo no Sindicato e passa a não se mobilizar para lutas de melhorias salariais? Seria função do Sindicato se constituir em fonte de empréstimos financeiros para seus associados?

Parte da contribuição sindical foi utilizada para compor um fundo de caixa para realizar empréstimos mensais para os professores, com juros praticamente irrisórios. Mas a maior parte da contribuição foi utilizada para comprar uma sede própria para o Sindicato e um automóvel. O Sindicato utiliza, ainda, o dinheiro da contribuição para financiar as festas e eventos culturais para os professores. Há que se destacar que, anualmente, o Sindicato realiza uma Assembleia Ordinária para acerto de contas (Livro de Atas nº 1).

O que poderia transformar o Sindicato em uma empresa prestadora de serviços, não aconteceu porque em sua própria sede passou a ser um espaço da categoria, onde passaram a ser realizadas as reuniões da diretoria, alguns encontros de formação de professores. Quanto à criação do fundo de empréstimos para os professores, com certeza, foi uma iniciativa que contribuiu para auxiliar muitos professores em momentos de dificuldades. Mas, que também,

⁴ As contribuições a que se refere esse estudo são: Contribuição Sindical - A Contribuição Sindical dos empregados, devida e obrigatória, será descontada em folha de pagamento de uma só vez, no mês de março de cada ano e corresponderá à remuneração de um dia de trabalho. O Artigo 149, da Constituição Federal prevê a contribuição sindical, concomitantemente com os Artigos 578 e 579 da CLT, os quais prevêem tal contribuição a todos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais; Mensalidade Sindical - A Mensalidade Sindical é uma contribuição que o sócio sindicalizado faz, facultativamente, a partir do momento que opta em filiar-se ao Sindicato representativo. Esta contribuição é normalmente feita através do desconto mensal em folha de pagamento, no valor estipulado em convenção coletiva de trabalho (RODRIGUES, 1999).

limitou a capacidade de luta dos professores e possivelmente os levou a fechar os olhos contra a crise de 90 que atingiu os trabalhadores de grande parte do mundo.

Para Rodrigues (1999) o cenário econômico e político da década de 90, decorrentes da globalização e consequente, da abertura de mercado, assim como, introdução em massa das inovações tecnológicas no trabalho, teria reduzido o número de empregos e imposto novos desafios aos movimentos sindicais nacionais, inibindo os impulsos reivindicatórios e aprisionando a ação sindical na mera reivindicação de pagamento dos salários em dia, maximizando as dificuldades de articulação de lutas unificadas. Mas, em Santa Catarina esta realidade não teria se concretizado em grandes proporções.

Apesar da política neoliberal não ter tido repercussões tão significativas na região de Lages, não se pode negar que contribuiu para a redução dos postos de trabalho e consequente, para a migração de muitos profissionais de outras áreas para a Educação já que os postos de trabalho na educação não se reduziram, isso fez com que aumentasse o número de professores aumentasse no mercado e desencorajou os profissionais empregados a participarem ativamente das lutas sindicais e consequentemente a se conformassem com os baixos salários praticados pelo Poder Público.

Mas como o número de professores municipais efetivos era muito maior que o número professores contratados, o Sindicato com o apoio dos funcionários efetivos e com uma parcela de contratados não se deixou abater pelo cenário econômico e político que assolou o mundo na década de 90⁵. O SIMPROEL, desde a sua constituição, quando ainda era uma associação em 1989, encontrou muitos desafios, especialmente em se manter uma Associação forte, diante da crise que assolou toda a sociedade nos anos 90.

No entanto, o desafio de maior significância para a categoria de professores municipais e de certa maneira, uma forma de enfrentar essa crise, foi a luta pela elaboração e implantação do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação que se

⁵ Concorde-se com Ottamann (1995, p.188) quando afirma enfaticamente: “A despeito da matança acadêmica selada pelo *postmortem* de muitos analistas, os movimentos populares brasileiros estão vivos e constituem elemento importante na conformação de processos democráticos no Brasil”. Em Santa Catarina, segundo Ribeiro (2005, p. 20) “vimos nos anos 90, pequenas e grandes mobilizações com a presença significativa de movimentos sociais nas Romarias da Terra, acontecidas anualmente, nos encontros bianuais das mulheres trabalhadoras (1992, 1994, 1996, 1998, 2000); no Grito dos Excluídos que, ano a ano, cresceu tanto em presença e intensidade quanto em impacto na opinião pública. As paralisações e manifestações públicas dos setores sindicais foram presentes no estado, principalmente, até a primeira metade da década, reaparecendo no espaço público com nova força, em fins dos anos 90. O funcionalismo público (Federal, Estadual e Municipal) esteve constantemente nas manchetes dos jornais de circulação estadual e regional. Vimos ainda, as mobilizações promovidas pelos mineiros e metalúrgicos da região de Criciúma até a metade dos anos 90, mas com grande influência na vida da cidade ao longo de toda a década”.

apresentava como uma exigência, desde 1996, da LDB 9394/96 e da Lei 9424/96 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEF.

Ciente deste desafio, em Assembleia que aconteceu no dia 08, do mês de abril de 1998, o SIMPROEL, colocou para os professores que a Presidente e a Vice-Presidente do Sindicato passariam a fazer parte da comissão de elaboração do Plano de Carreira, que havia sido constituída pela Secretaria de Educação do Município para dar andamento ao plano. Ficou decidido na Assembleia que os professores deveriam se reunir em suas escolas para elaborarem sugestões e apresentarem ao Sindicato. As sugestões seriam lidas e discutidas pela comissão (Ata nº. 2, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1).

O interesse maior do Sindicato foi dar voz a sua base social, diferentemente do que aconteceu em muitos outros municípios brasileiros que elaboraram seus Planos de Carreira sem a efetiva participação dos maiores interessados: os professores. Nesse sentido, denuncia Gadotti (2000, p. 171): “Na quase totalidade, os Planos de Carreira foram elaborados por técnicos e especialistas em Educação, assessorados por juristas”.

No município de Lages, quando os professores conquistaram junto à Secretaria de Educação, o direito de participação do Sindicato na Comissão de Elaboração do Plano de Carreira, garantiram a sua representação. Nesta perspectiva, Gadotti (2000, p. 171) considera que “os professores são os principais beneficiados com o Plano de Carreira, por isso eles devem ser os principais protagonistas na sua elaboração, aprovação e execução”.

Portanto, diferentemente de outras cidades, o Plano de Carreira dos professores municipais de Lages nasceu como uma vontade política dos próprios professores, que por meio de seus representantes participaram das discussões, da elaboração, da aprovação e da implementação do plano.

Paralelamente aos trabalhos, junto à comissão de elaboração do Plano de Carreira, o Sindicato passou a reivindicar a reposição salarial de 10%, referente à inflação acumulada, que deveria ter sido paga pelo município na data base dos funcionários, mas que não foi. Sendo assim, em Assembleia, que aconteceu no dia seis de maio de 1998, ficou acordado, junto aos professores, que se o pagamento dos 10% não fosse pago na folha de maio, os professores partiriam para uma mobilização, como forma de protesto e para demonstrar a sociedade o seu descontentamento (Ata nº. 3, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1).

Mas a mobilização não chegou a acontecer porque em reunião com a Secretaria da Educação e representantes do Poder Executivo, constatou-se que a Prefeitura passava por dificuldades. A dificuldade financeira, em 1998, chegou ao ponto de a mesma não repassar os

recursos do FUMED, que compunha a principal fonte de recursos para pagamento dos professores (Ata nº. 7, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1).

Frente a tal situação, o SIMPROEL chegou a ameaçar apresentar denúncia ao Tribunal de Contas do Estado a respeito do atraso do FUMED, mas paralisou-se frente à possibilidade do município deixar de receber todas as verbas de manutenção de convênio até a apuração da denúncia. É o que se pode constar na Ata nº 12, do Livro de Atas do SIMPROEL, nº 1:

Em relação à denúncia ao Tribunal de Contas, foi esclarecido aos associados que o Sindicato, buscou informações junto ao próprio tribunal, e ficou muito preocupado com a gravidade da denúncia, pois caso se efetive, o município deixará de receber todas as verbas de manutenção de convênios, até que a denúncia seja apurada. Caso as verbas venham a ser cortadas, mesmo que por tempo determinado, a situação financeira da prefeitura tenderia a se agravar, e inviabilizaria até, a folha de pagamento.

Sendo prudente, na visão de muitos associados e com a sua concordância, mesmo criticado por muitos professores, a diretoria do Sindicato decidiu pressionar a Prefeitura por meio de manifestos à comunidade lageana e não oferecer denúncia ao Tribunal de Contas, principalmente, porque não queria correr o risco de assistir seus associados a não receberem seus salários.

É possível identificar no desenvolvimento da prática social que o Sindicato dos Professores, conforme previsto em estatuto, não tem atuado somente junto ao campo econômico e financeiro que é sempre um dos interesses imediatos dos associados. Também atuou na capacitação dos professores, é o que se pode constatar na Ata nº 13, do Livro de Atas do SIMPROEL, nº 1: “A diretoria foi consultada sobre a vinda de um palestrante para trabalhar na Assembleia o tema: ‘O professor no contexto social brasileiro’, pois o objetivo do SIMPROEL é também levar informação e formação à categoria”.

O palestrante foi contratado e proferiu palestra durante a Assembleia de Professores que aconteceu no dia quatorze de abril de 1999: “O Professor Erlédio Pedro Pering, Secretário de Educação de Blumenau para fazer uso da palavra e discorrer sobre o tema *O professor no Contexto Social Brasileiro*” (Ata nº. 14, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1).

Observa-se que em seus objetivos, o Sindicato não tem como propósito a formação continuada de professores, como a defendida por Nóvoa⁶, a iniciativa de trazer um palestrante

⁶ Nóvoa (1997, p. 27) diz que: “Durante muito tempo, quando nós falávamos em formação de professores, falávamos essencialmente da formação inicial do professor. Essa era a referência principal: preparavam-se os professores que, depois, iam durante 30, 40 anos exercer essa profissão. Hoje em dia, é impensável imaginar esta

para falar de temas de interesse para os professores, foi uma iniciativa isolada do Sindicato, a qual não se pode criticar, pois todo conhecimento é bem-vindo.

O que se critica, não é o fato do Sindicato ter trazido um palestrante, mas o fato de que, apesar de perceber que os professores precisam e têm o direito de participar de cursos de formação, o SIMPROEL não conquistou um espaço, para acompanhar o Projeto de Formação Continuada desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Lages, para trabalhar conjuntamente com a Secretaria nos critérios de escolha dos formadores, para fazer cumprir a lei que dispõe que as formações devem acontecer na hora de trabalho dos professores, que deixou que os formadores, ao invés de motivar os professores a refletirem sobre sua própria prática, adentrassem as salas de aula e passassem a exercer poder sobre os professores, tal como faziam os antigos supervisores, exigindo melhores resultados, mas pouco contribuindo para a sua atuação em sala de aula.

Em julho de 1999, apesar do SIMPROEL continuar tendo como sua bandeira principal, a elaboração e implantação do Plano de Carreira, que até então se arrastava em discussões, ficou decidido em reunião com a diretoria que concentraria seus esforços na aprovação do acordo coletivo e principalmente, na luta pela reposição das perdas acumuladas que não tinham sido pagas pelo então, prefeito Décio da Fonseca Ribeiro (Ata nº. 17, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1). E é assim, que o SIMPROEL concentra sua energia, se amarra, e acaba não fazendo outras coisas.

Procurando pressionar a Secretaria Municipal de Educação para dar andamento às discussões do Plano de Carreira e o prefeito, assinar o Acordo Coletivo que tinha sido aprovado pela categoria, os professores, conforme decisão em Assembleia, divulgaram na mídia a real situação do professor e o descaso do Poder Executivo e da Secretaria Municipal de Educação, em desenvolver políticas de valorização para os professores, anunciando, inclusive, a possibilidade de uma manifestação pública em protesto ao descaso com os professores municipais (Ata nº. 17, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1).

situação. Isto é, a formação de professores é algo, como eu costumo dizer, que se estabelece num *continuum*. Que começa nas escolas de formação inicial, que continua nos primeiros anos de exercício profissional. Os primeiros anos do professor – que, a meu ver, são absolutamente decisivos para o futuro de cada um dos professores e para a sua integração harmoniosa na profissão – continuam ao longo de toda a vida profissional, através de práticas de formação continuada. Estas práticas de formação continuada devem ter como polo de referência às escolas. São as escolas e os professores organizados nas suas escolas que podem decidir quais são os melhores meios, os melhores métodos e as melhores formas de assegurar esta formação continuada. Com isto, eu não quero dizer que não seja muito importante o trabalho de especialistas, o trabalho de universitários nessa colaboração. Mas a lógica da formação continuada deve ser centrada nas escolas e deve estar centrada numa organização dos próprios professores”.

Reagindo contra a manifestação prevista, segundo Ata nº. 17, possivelmente, para paralisar os professores, a Secretaria da Educação do Município que até então, mantinha o acordo de dispensar os professores para participarem das Assembleias do Sindicato, enviou às escolas um documento proibindo a saída dos professores em horário de trabalho para participarem da Assembleia.

O que se observa é que as relações entre o SIMPROEL e a SME vão acirrando forças, emerge o conflito, ou seja, o poder mostra suas garras, na tentativa de impedir o avanço da ação sindical junto à sua base social.

Avançando, na tentativa de paralisação da categoria, o Diretor de Ensino, em reunião que aconteceu no dia 28/09/1999 nas dependências do Centro Pedagógico, onde estavam presentes os diretores das Escolas Municipais e a Presidente do Sindicato, em nome da Secretaria de Educação do Município, colocou que o SIMPROEL não teria mais espaço nas escolas para conversar com os professores, apenas poderia usar os dez minutos de recreio e, ainda, que os representantes das escolas junto ao Sindicato não seriam mais liberados para participarem das reuniões, e caso saíssem sem liberação levariam falta injustificada (Ata nº 20, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1).

As ameaças da Secretaria de Educação não intimidaram os professores, representantes das escolas, que se encorajaram, ainda mais, a lutar pelos interesses da categoria, assumindo todos os riscos que pudessem resultar de suas ações. Descontente com a decisão da Secretaria de Educação do Município, um dos professores, representante de uma escola junto ao Sindicato, proferiu: “Que democracia é essa, que tira a liberdade do professor de lutar por aquilo que a classe deseja. Que administração popular⁷ é essa que ameaça, que intimida os professores com descontos de falta para que não participe da luta de seu Sindicato?” (Ata nº 20, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1).

Mas o Sindicato não se acomodou, frente aos desmandos do patrão, resolveu se fazer poder, conforme a proposição “o poder emana de todos os lados” (FOUCAULT, 2003)⁸, se

⁷ A década de 90, foi marcada pela presença da centro-esquerda no Poder na cidade de Lages, de 1993 a 1996, com a Frente Popular, tendo à frente Fernando Agostini do PDT, figura carismática da política local. Para uns, um governo populista. De 97 - 2000, Décio Ribeiro, também do PDT, com um governo de continuidade, mas já não tão popular quanto Agostini (RIBEIRO, 2005).

⁸ Michel Foucault, em seu livro *Vigiar e punir*, traça a evolução dos sistemas judiciários penais desde a tortura medieval, passando pela nova noção de punição desenvolvida pelo Iluminismo, até alcançar o conceito contemporâneo de disciplina. Foucault argumenta que, até o final do século XVIII, a punição consistia frequentemente no espetáculo público da tortura: prisioneiros eram chicoteados, postos no pelourinho ou até mesmo, executados em praças públicas. A partir daquela época, entretanto, toda a economia da punição começou a mudar: a tortura como espetáculo público desapareceu, a punição passou a ser a parte mais secreta do processo penal, e o corpo deixou de ser o alvo exclusivo da repressão penal. A partir de então, o corpo passou a ser

pôs contra as manifestações antidemocráticas da administração municipal, resolveu tomar as rédeas na conquista de seus direitos. A paralisação dos professores foi marcada.

Assim, conforme Gramsci (1995, p. 155):

Um grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governativo (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando estiver exercendo o poder, mesmo se o mantém fortemente na mão, torna-se dominante, mas deve continuar a ser “dirigente” também.

A posição do SIMPROEL na conjuntura acima, permite afirmar que um grupo social dirigente construído pelas ações do Sindicato vinha se constituindo, tomando posição e caminhando na direção do empoderamento e autonomia de sua diretoria e demais associados. Nas escolas, segundo depoimentos de representantes dos professores junto à diretoria do SIMPROEL, muitos professores ficaram revoltados com a postura do Poder Executivo e em especial, da Secretaria Municipal de Educação, que tinha no cargo de Secretário da Educação, um professor. A postura da maior parte dos diretores, também, foi de apoio ao Sindicato.

Mas, contraditoriamente, observou-se posições contrárias à posição do Sindicato, muitos professores, principalmente os contratados em caráter temporário chegaram a ser ameaçados com a perda do emprego pelos Diretores de Escolas. Para manter os professores nas escolas, alguns diretores, encantados com a ideologia dominante, chegaram a rotular a paralisação como um movimento político partidário, instalou-se a tensão nas escolas, a vontade de enfrentar o poder, mas o medo desse mesmo poder.

Importa salientar, que a tensão instalada atuou como ponto decisivo para o abandono de posturas de vanguarda por parte do Sindicato, pois se em outros momentos o Sindicato recuou frente à vontade do patrão, agora a sua postura foi de luta,

Nesse sentido, concorda-se com Freire (1983, p. 56) quando coloca:

Somente quando os oprimidos descobrem nitidamente, o opressor, e se engajam na sua luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor. Esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas na ação.

Apesar da Secretaria de Educação do Município estar sob o comando de um prefeito eleito pela coligação de uma frente denominada popular, foi na ação de repressão aos

exposto a novas técnicas que visavam torná-lo “dócil”, isto é, capaz de ser subjugado, usado, transformado e melhorado (Foucault, 2003).

professores que esse governo se demonstrou realmente, que permitiu aos professores perceberem que suas ações nem sempre estavam envoltas nos interesses populares.

Mas, antes que a paralisação acontecesse, frente à pressão dos professores, aos vinte e oito dias do mês de outubro, a presidente do Sindicato, abriu a reunião dando a notícia que o acordo coletivo, havia sido assinado pelo Sr. Prefeito (Ata nº 22, Livro de Atas nº 1).

Conforme o Acordo Coletivo nº 1999/2000 foi garantido para a categoria:

Cláusula nº 4 – Avaliação de Desempenho.

O município de Lages, compromete-se a no máximo, no mês de outubro de cada ano, nomear comissão que irá avaliar todos os profissionais em Educação para que no mês de fevereiro, época de pagamento, a avaliação já esteja concluída. [...]. As avaliações deverão ser realizadas nos locais de trabalho, pelo chefe imediato na presença do servidor que está sendo avaliado e com a participação dos profissionais que compõem o Centro Pedagógico e um representante do SIMPROEL.

Cláusula nº 6 – Adiantamento do Abono Natalino.

De acordo com as possibilidades financeiras, o município se compromete a efetuar o adiantamento de 50% do Abono Natalino. Aos profissionais em Educação que dele necessitarem, A solicitação deve ser feita com pelo menos, 30 dias de antecipação.

Cláusula nº 7 – Liberação dos profissionais em Educação para Assembleias e reuniões.

O município em conjunto com a Secretaria de Educação Municipal se comprometem a liberar, quando convocados pelo Sindicato, os professores para participarem de Assembleias e reuniões em horário de trabalho. O SIMPROEL compromete-se a encaminhar em 24 horas após a Assembleia a relação de presença com a devida assinatura dos participantes, para ser anexada ao ponto dos funcionários.

Cláusula nº 9 – Concurso Público de Ingresso.

O município compromete-se a realizar concurso público de ingresso para o Magistério Municipal. [...]. Os aprovados serão chamados no início de 2000.

Cláusula nº 11 – A SME compromete-se a estudar possibilidades que viabilizem a formação pedagógica a nível de 3º grau Magister ou equivalente, complementação de licenciatura curta) aos professores que atuarem na Rede municipal de Ensino.

Cláusula nº 12 – Bolsas da Faculdade.

A Prefeitura se compromete mensalmente a repassar aos professores os recursos referentes ao Auxílio Escolar na data do pagamento dos salários.

Cláusula nº 13- Horário dos Monitores.

A Prefeitura e SME comprometem-se a garantir aos monitores 6 horas corridas de trabalho.

Cláusula nº 14 – Plano de Carreira.

A Prefeitura e SME comprometem-se a encaminhar à Câmara de Vereadores do Município, durante o ano de 1999, o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, para a sua aprovação, comprometendo-se a implantá-lo no mês de janeiro de 2000.

Cláusula nº 21 – Calendário de pagamento dos 10% atrasado, e 5% referente ao acordo coletivo de 97/98.

O município de Lages se compromete em negociar mensalmente o pagamento das dívidas salariais, conforme possibilidades financeiras.

Frente ao diálogo que se abriu entre o Sindicato, Prefeitura e Secretaria Municipal de Educação, importa transcrever um dos pensamentos proferidos por Freire (1983, p. 56): “O diálogo crítico e libertador, que supõem a ação, tem que ser feito com os oprimidos, qualquer o grau em que esteja a luta por sua libertação”.

O Acordo Coletivo, como se pode constar, trouxe algumas conquistas para os professores, mas a maior conquista do Sindicato foi a união da categoria e posteriormente, a aprovação, ainda, no ano de 1999, do Plano de Carreira, Lei nº 125, que foi elaborado pela Secretaria da Educação do Município com a participação do Sindicato, mas que foi construído mediante às condições financeiras do município.

Em reunião, que antecedeu a aprovação do Plano de Carreira, realizada em nove de dezembro de 1999, a Professora, vice-presidente do Sindicato, fez um resgate histórico sobre a luta dos professores no sentido de aprovar o Plano de Carreira, afirmando que foi uma luta de mais de dez anos e que estava prestes a ser aprovado pela Câmara de Vereadores. Convocou, também, em sua fala, os professores a participarem da sessão de apresentação do projeto à Câmara para pressionar os vereadores a sua aprovação (Ata nº 24, Livro de Atas do SIMPROEL, nº. 1).

Especificamente, no dia 22 de dezembro de 1999, o Plano de Carreira, Lei nº 125, foi aprovado pela Câmara de Vereadores da cidade de Lages.

A aprovação da Lei nº 125, foi um marco para os professores municipais, principalmente porque o plano trouxe avanços no que diz respeito à valorização do quadro do magistério do município e dispôs sobre o aperfeiçoamento continuado dos profissionais da educação municipal (LEI Nº 125, ART. 2º).

O Art. 18 da Lei 125, que dispõem sobre o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério Público do Município de Lages, permite observar que, a partir do Plano, os professores conquistaram o direito de progredir na carreira com base na sua habilitação, na sua capacitação profissional e avaliação de desempenho profissional.

A Secretaria Municipal quando passou a valorizar os cursos de capacitação dos professores, dispondo no Art. 20, da Lei 125, § 2º que a cada três anos de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino, tendo atingido 120 horas de cursos de aperfeiçoamento, o profissional do magistério receberá o adicional de 2% sobre o seu vencimento.

No que se refere à avaliação de desempenho, anualmente, o profissional do magistério avaliado positivamente, tem um adicional de 2% que reincidirá sobre o seu vencimento básico (Lei 125, Art. 20, § 1º), o que ao final de 3 anos acumulará em 6%.

Soma-se a esses percentuais, o triênio que, com o Plano, passou de 3% a 5%. O que somando com as demais percentuais, acresce no salário do professor, a cada três anos, em um percentual de 11%.

Quando a progressão pela habilitação, denominada pelo Plano de Progressão Vertical, o Plano estabeleceu uma diferença salarial entre a referência inicial, colocada para os

professores com habilitação apenas de nível de magistério de 2º grau, e as classes subsequentes, sendo: Habilitação de magistério de 2º grau para graduação, o percentual de 46%, da graduação para a pós-graduação, o percentual de 23% (LEI 125, ART. 22).

O que se observa é que a Lei 125 acabou atrelando a valorização do professor a sua capacitação, e consequentemente investindo na qualidade da educação municipal.

No que diz respeito à jornada de trabalho dos professores, o que se observa é que a Lei 125, foi fruto de retrocessos. A jornada de trabalhos dos professores de 40 horas que era de 40 horas/aula, com a referida lei passou para 40 horas relógio, o que implicou em um dia a mais de trabalho para o professor. É fato que o aumento da jornada de trabalho dos professores foi resultado de uma negociação entre a Secretaria Municipal e o SIMPROEL, que aceitou aumentar a jornada de trabalho desde que a regência paga aos professores fosse incorporada na carreira.

A negociação do Sindicato atendeu ao interesse da maioria dos professores que viam a curto prazo um benefício aumentar sua regência de classe. Mas a longo prazo, o aumento da jornada de trabalho resultou em perda salarial para o professor do Ensino Fundamental das séries finais, além de atribuí-lo de trabalho, uma vez que um professor de Ensino Fundamental para fechar 40 horas/relógio tem em média 13 turmas, um total aproximado de 450 alunos, planejamento, trabalho e provas para corrigir.

Apesar de algumas possíveis deficiências, a aprovação do Plano de Carreira que deu origem a Lei 125 foi uma grande conquista para os professores, pois antes do Plano os professores não tinham a possibilidade de ascender na carreira. Um professor que entrava na Rede Municipal de Ensino recebia o mesmo salário, que um professor que tinha anos de serviço.

Mas, a atuação do Sindicato não se limitou a essas questões, na primeira reunião do ano letivo do ano 2000, a então Presidente do Sindicato, solicitou aos membros da diretoria que solicitassem às escolas o envio de sugestões para serem negociadas na data base (Ata nº 25, do Livro de Atas, nº 1).

No dia 02 de junho de 2000, a Diretoria do SIMPROEL esteve em negociação com a secretária de Educação e com o Prefeito Décio da Fonseca Ribeiro, onde expôs as reivindicações da categoria, que cobrava, sobretudo, as reposições salariais que não tinham sido pagas na data base (Ata nº. 29, do Livro de Ata nº 1). No entanto, foi dia vinte de agosto de junho, que a vice-presidente, em reunião com os componentes da diretoria do Sindicato, colocou que a dívida de 5%, referente a ano de 1988, que deveria ter sido paga à categoria no mês de janeiro de 1999 e que entrou na pauta de negociações com o prefeito, não seria paga

porque a Prefeitura passava por dificuldades financeiras. Na mesma reunião, a vice-presidente relatou que em conversa com o Presidente dos Funcionários dos Servidores Públicos do Município, veio, a saber que o Sindicato dos Servidores negociou com o Prefeito a reposição dos 5% também devido aos funcionários, mas referente à pressão do SIMPROEL, o Prefeito resolveu não cumprir o acordo firmado. Frente à realidade posta, o Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, sugeriu que os dois Sindicatos se unissem e realizassem um protesto em praça pública.

A professora Mara Marcelino, membro da Diretoria do SIMPROEL relatou que, por meio de telefone, o então Secretário de Educação, Ricardo Leonidas Martins, afirmou que a reposição de 5% não seria paga e que, caso o SIMPROEL realizasse, qualquer protesto, o acordo coletivo de 2000/2001 não seria assinado, e a categoria ficaria mais uma vez, sem as reposições devidas (Ata nº 30, do Livro de Ata, nº 1, 02/06/2000).

Frente às costumeiras ameaças do Secretário de Educação, a diretoria do SIMPROEL, foi unânime em aprovar a realização do protesto, que deveria ser feito apenas por alguns representantes do Sindicato que não trabalham diretamente com os alunos, enquanto os professores, para não prejudicarem os alunos, deveriam ficar em sala de aula, só se fazendo presentes em suas horas de folga. Ficou decidido que seriam confeccionadas faixas para explicar à comunidade os motivos do protesto e ainda, que seria encaminhado um ofício ao Prefeito

o informando a realização do protesto (Ata nº 30, do Livro de Ata, nº 1, 02/06/2000).

O Sindicato, em reunião que aconteceu alguns dias depois da realização do protesto, avaliou-o positivamente, porque foi realizado de forma pacífica e, principalmente porque ele demonstrou força dos funcionários municipais e, também, porque ele não teve cunho político partidário. Na mesma reunião, a Presidente do SIMPROEL, lamentou a decisão do Prefeito que não se sensibilizou frente ao protesto da categoria e que em nenhum momento deu qualquer sinal positivo para a negociação, negando o direito da categoria de reivindicar os 5% atrasados de 1988 (Ata nº 31, do Livro de Ata nº 1).

Não desistindo de seus direitos, mas dando continuidade aos seus trabalhos, em treze de setembro de 2000, o Sindicato começou a divulgar nas escolas municipais o lançamento do concurso “Pequenos Projetos Grandes Professores”, concurso, este, realizado para premiar⁹ os professores pela realização de projetos escolares, durante Jantar em Comemoração ao Dia do Professor (Ata nº 33, do Livro de Atas nº 1 do SIMPROEL).

⁹A premiação do Concurso Pequenos Projetos Grandes Professores concedeu os seguintes valores: 1º lugar: R\$ 200,00; 2º LUGAR: R\$ 150,00 e terceiro lugar: R\$ 100,00 (Ata nº 33, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL).

No dia quatorze de fevereiro de 2001, na primeira reunião da diretoria do Sindicato que aconteceu, segundo a Ata nº 1, do Livro nº 1, podem-se perceber alterações na diretoria do Sindicato e ainda, mudanças que vão influenciar a ação do Sindicato nos anos subseqüentes. Nesse sentido, é importante citar, o que diz a referida ata:

Aos 14 dias do mês de fevereiro do ano de 2001, realizou-se a reunião da diretoria do SIMPROEL, com a participação da Sra Aidamar, Secretária da Educação, e a Senhora Neusa, Diretora de Ensino, e a Senhora Mara Marcelino, nova presidente do Sindicato dos Professores. A Senhora Aidamar proferiu as primeiras palavras, dizendo da importância da representatividade dos professores do município frente à Secretaria Municipal de Educação de Lages. A Sra Neusa explicou que sua intenção, primeira, era ficar na presidência do Sindicato, mas sua presença se fez necessária à medida que a professora Aidamar sentiu a necessidade de tê-la como Diretora de Ensino. Diante do conflito estabelecido, a Sra. Neusa, explicou que concordou em aceitar o cargo de Diretoria de Ensino, principalmente porque esse era um momento muito importante e histórico para a categoria.

Acrescenta, ainda, a referida Ata que: “A reunião se deu, principalmente, para explicar para os representantes das escolas, porque a professora Aidar e professora Neusa se afastaram de seus cargos e a professora Mara Marcelino, assumiu o cargo de Presidente”.

Sobre o afastamento das referidas professoras da Diretoria do Sindicato e, principalmente, ao fato de terem assumido o cargo de Secretária de Educação do Município e Diretora de Ensino, manifestou-se um professor Representante de Escola junto à Diretoria do Sindicato: “Este é um momento histórico para a categoria”.

O que se observa é que o sindicato, em 2000, por meio da participação na política partidária, conquistou o direito de indicar dois de seus membros para migrarem para o Poder Executivo, foi quando duas das principais lideranças do sindicato, passaram ao comando da Secretaria do SIMPROEL. Não ficou claro na Ata citada e nem em qualquer outra ata, se a maioria dos professores apoiou a decisão do Sindicato em trabalhar para levar suas principais lideranças a sentarem-se ao lado do patrão, mas ficou claro, que era vontade dos representantes das escolas junto à Diretoria do Sindicato, em conquistar os níveis hierárquicos mais altos da Secretaria de Educação para professores efetivos e que para que isso viesse a acontecer não importava que o sindicato abandonasse a sua postura apartidária.

Entende-se que o Sindicato, quando trabalhou para que suas principais lideranças migrassem para o Poder executivo, mais precisamente para a Secretaria de Educação, agiu em consonância com o conceito cunhado por Gramsci (1995) “guerra de posições”. Segundo esse conceito a luta pela obtenção do poder é de caráter processual. Nesse sentido muito bem explícita. Coutinho (1989, p. 89) ao analisar as lutas sociais na perspectiva gramsciana:

As batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (guerra de posição), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder do Estado e para sua posterior conservação.

Ou seja, o SIMPROEL em sua curta história tem travado lutas importantes em defesa dos interesses da categoria, com bastante êxito na conquista de alguns deles. Agora, avança no sentido de alguns de seus dirigentes migrarem para o comando da Secretaria Municipal de Educação. É visível os dois campos de lutas que se distinguem, o primeiro situado na sociedade civil, o segundo no espaço do estado. Sobre os motivos que interessavam aos professores de carreira, se não a sua maioria, mas grande parte dela, a terem professores da Rede Municipal à frente da Secretaria de Educação, a lembrança permite relatar o que disse um professor efetivo na Assembleia que repassou à categoria, as mudanças ocorridas na Secretaria de Educação e no Sindicato: “A educação precisa, realmente, ser feita pelas bases, o Sindicato não poderia mais assistir sentado aos desmandos de pessoas alheias à educação municipal” (Ata nº 35, livro de Atas nº 1).

Em levantamento feito junto ao Gabinete do Prefeito no mês de junho de 2011, pode-se observar que os professores municipais sempre foram comandados por professores efetivos do Estado, pois infelizmente a cultura predominante era a de que os professores do quadro do magistério municipal, por serem professores das “escolinhas municipais”, não tinham capacidade para comandar a educação do município, precisavam ser dirigidos por pessoas mais intelectualizadas. O Quadro 3 permite comprovar que antes de 2001 estiveram à frente da Secretaria Municipal pessoas alheias ao quadro de professores efetivos municipais.

Por meio do Quadro 3, pode-se perceber que até o ano de 2001 todos os Secretários Municipais são oriundos de Universidades ou da Rede Estadual de Ensino, portanto, por um período de 20 anos estiveram à frente da Secretaria de Educação do Município de Lages, pessoas alheias ao quadro do magistério municipal.

O interesse maior dos professores efetivos parece ter sido o desejo de tomar as rédeas da educação municipal, de permitir que os professores, os maiores interessados na Educação passassem ao seu comando, passassem a escrever a história da Educação¹⁰.

¹⁰ É importante salientar que a luta dos Professores da Rede de Ensino do Município de Lages não parou na conquista da Secretaria de Educação, no ano de 2008 com a ajuda dos professores municipais, duas professoras efetivas, Aidamar e Neusa, foram eleitas como vereadoras no Município. Ribeiro (2006, p. 94) acredita que: “A luta pelo poder político expressa o desenvolvimento das diversas forças existentes no conjunto da sociedade, sejam elas, econômicas e/ ou sociais, como já afirmamos. A trajetória política em Santa Catarina demonstra claramente isso. A disputa pelo Poder Executivo do estado materializa essa luta. A presença crescente de representações de setores populares nestes espaços assinala uma mudança recente de correlação de forças, até

Quadro 3: Secretários municipais

Secretários Municipais	Ano de Nomeação	Função
Manoel Nunes de Oliveira	Nomeação Dec. 022 – 02/02/77	Professor Universitário
Pedro Gasparin	Nomeação Dec.411 – 26/01/79	Professor Universitário
Nilda Rodolfo Carnevalli	Nomeação Dec. 974 – 01/02/83	Professora da Rede Estadual de Ensino
Elza Marina Moretto	Nomeação Dec. 2243 22/07/88	Professora Universitária e Professora da Rede Estadual de Ensino
Elza Marina Moretto	Nomeação Dec. 2364 - 02/01/89	Professora Universitária e Professora da Rede Estadual de Ensino
Elenice Borba da Silva	Nomeação Dec. 3497 - 01/01/93	Professora da Rede Estadual de Ensino
Elenice Borba da Silva	Nomeação Dec. 4736 02/01/97	Professora da Rede Estadual de Ensino
Secretário da Educação Ricardo Leone (Interino)	Nomeação Dec. 5766 03/04/2000	Professor da Rede Estadual de Ensino
Aidamar Seminotti Hoffer	Nomeação Dec. 6117 01/01/2001	Professora do Sistema Municipal de Ensino
Elza Marina Moretto	Nomeação Dec. 7205 27/04/2004	Professora Universitária e Professora da Rede Estadual de Ensino
Neusa Maria Zangelini	Nomeação Dec. 8551 01/11/2006	Professora do Sistema Municipal de Ensino
Sirlei da Silva Rodrigues (Interina)	Nomeação Dec.9038 31/03/2008	Professora do Sistema Municipal de Ensino
Sirlei da Silva Rodrigues	Nomeação Dec. 9586 01/01/2009	Professora do Sistema Municipal de Ensino.

Fonte: Decretos de Nomeação de Secretários Municipais – Arquivo da Prefeitura Municipal.

Mas aqui cabe um questionamento, não estaria nesse patamar, uma das piores mazelas construídas com o aval da categoria para o Sindicato, uma vez que, as suas maiores lideranças passaram para o outro lado do poder?

A história com toda possibilidade nos ajudará a responder esse questionamento e ainda, a conhecer o percurso tomado pelo Sindicato. E mostra, que embora com a feição da nova presidência, o Sindicato continuou a sua caminhada.

Em reunião que aconteceu no dia 16 de março de 2001, o Sindicato apresentou à Diretoria uma proposta de viagem a Porto Seguro que deveria acontecer no mês de agosto. Apresentou os custos da viagem e esclareceu que o pagamento poderia ser efetuado em parcelas que viriam descontadas na folha dos professores. Abordou sobre a continuidade do empréstimo financeiro aos associados. Apresentou a proposta do Prefeito Raimundo Colombo em trocar as fichas de ônibus já conquistadas pelos professores, por dinheiro em folha de

porque os movimentos sociais, seja no Brasil, ou seja, em Santa Catarina, escolheram a via institucional como espaço privilegiado de luta para as mudanças sociais”.

pagamento. E, ainda, sobre a implantação do Vale Refeição em substituição ao fechamento do Restaurante Municipal e também, expôs sobre a negociação da continuidade das Bolsas de Estudo para pagamento da Faculdade (Ata nº 36, Livro de Atas nº 1).

Em 1999, na gestão do Prefeito Décio Ribeiro, as bolsas de estudo para custear o Ensino Superior, que na gestão anterior do Prefeito Fernando Coruja chegaram ao percentual de 100% para os efetivos, e 30% para os contratados, foram reduzidas para 70% para os efetivos e 30% para os contratados. Observa-se aqui, que os índices das bolsas de estudo foram reduzidos na gestão do Prefeito Décio Ribeiro com a justificativa de que a Prefeitura passava por dificuldades.

Quanto a diferenciação nos percentuais destinados aos professores efetivos e contratados, a justificativa dada pela Prefeitura era a de que os professores de carreira se capacitavam e permaneciam na prefeitura, já uma grande maioria dos professores contratados utilizava as bolsas para se formar e depois de formados deixavam a rede Municipal.

Foi na gestão do Prefeito Raimundo Colombo, mais precisamente em 2004, que os percentuais das bolsas de estudo alcançaram os maiores percentuais que se mantém até a atualidade, ou seja, 40% para os professores contratados e 80% para os professores efetivos.

O que se observa quando se analisa o número de professores efetivos e contratados atualmente é que a distinção feita pelo Poder Municipal entre contratados e efetivos vem realmente se determinando porque é interesse maior do Poder Municipal capacitar os professores efetivos, observe-se as informações constantes do Quadro 4.

Quando se analisa as informações apresentadas no Quadro 4, o que se percebe é que o número de professores efetivos que não possuem formação a nível de Ensino Superior é praticamente 50% a mais que o número de contratados, já a análise dos Educadores Infantis, permite observar que o número de Educadores Infantis que não possuem graduação à nível Superior é cerca de 60% a mais que o número de contratados.

Quadro 4: Relação de professores e educadores infantis efetivos e contratados do sistema municipal de educação por habilitação, nos períodos 2004, 2005 e 2006

ANO – 2004				
Habilitação	Professor Efetivo	Professor Contratado	Educador Infantil Efetivo	Ed.Infantil Contratado
Sem Habilitação	-	52	-	-
Magistério	01	96	188	82
Graduação	112	202	33	27
Pós Graduação	177	-	38	-
Total geral	289	350	259	109
ANO – 2005				
Habilitação	Professor Efetivo	Professor Contratado	Educador Infantil Efetivo	Ed.Infantil Contratado
Sem Habilitação	-	56	-	-
Magistério	59	85	182	36
Graduação	140	246	32	46
Pós Graduação	184	-	51	-
Total geral	383	530	795	82
ANO – 2006				
Habilitação	Professor Efetivo	Professor Contratado	Educador Infantil Efetivo	Ed.Infantil Contratado
Sem Habilitação	-	76	-	-
Magistério	24	41	162	38
Graduação	145	294	25	70
Pós Graduação	217	-	81	-
Total geral	386	411	268	108

Fonte: Departamento de recursos Humanos da Prefeitura Municipal, 2011.

É curioso que o número de professores tenha aumentado no ano de 2005, quando comparado ao ano de 2004 e depois novamente reduzido em 2006. Em pesquisa junto à Secretaria de Educação do Município pode se constatar que em 2005, o Sistema de Ensino Municipal incorporou ao seu quadro, algumas Escolas de Ensino Fundamental e a maior parte das Escolas de Educação Infantil, que estavam sob a responsabilidade do Estado, mas como a Responsabilidade legal do Estado é o Ensino Médio, este optou em ir repassando, gradativamente as escolas de Ensino Fundamental (1ª a 8ª ano) e as de Educação Infantil ao município. Já a redução em 2006, se justifica, pela transito de alunos do Sistema Municipal de Ensino para a Rede Estadual, e ainda, porque algumas escolas tiveram o seu período noturno fechado, devido à baixa procura pelo ensino noturno.

A preocupação do Sindicato se ampliou para além das reivindicações salariais, das ações que tinham como meta a confraternização dos professores, a sua capacitação profissional, entre outras, quando passou a se preocupar como a aposentadoria e os acidentes de trabalho. É o que pode se constatar, na Ata nº 40:

[...]. A seguir, agradeceu a presença do Sr. Amilton Werlich, que a convite, participou da reunião para apresentar esclarecimentos sobre situações de aposentadoria. Dando continuidade, a reunião, abordou-se também sobre os acidentes de trabalho. Dando ênfase para a importância do registro de acidentes de trabalho (Ata nº 40, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL).

O Sindicato, juntamente com a Secretaria da Educação, agora representada por membros do quadro de carreira do magistério municipal, participou das negociações em prol da manutenção do IPML – Instituto de Previdência do Município de Lages, órgão responsável pelas aposentadorias dos funcionários efetivos municipais, que ao longo de tempo foi acumulando um grande *déficit*. Em reunião do Sindicato, que aconteceu no dia seis de setembro de 2001, pode-se compreender melhor a situação do IPML:

O Instituto de Previdência do Município de Lages está atravessando séria situação financeira, porque não possui fundos para manter os aposentados. Sendo necessária uma reformulação do mesmo. As duas opções para o momento são: aumentar a contribuição dos aposentados para viabilizar o funcionamento do Instituto, aumentando, também, a contribuição da prefeitura, ou passar a aposentadoria dos servidores municipais para o INSS (Ata nº 42, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL).

Depois de discussões e análises, os professores decidiram pelo salvamento do IPML, por meio do aumento das contribuições.

Em negociação que levou em conta estudo prévio da Prefeitura, Secretaria de Educação e Sindicato a contribuição para o IPML ficou assim definida: 10% para salários até R\$ 360,00; 13% para salários maiores que R\$ 360,00; Aumento da contribuição da Prefeitura Municipal de 9% para 15% e ainda, um redutor de R\$ 10,80 para os menores salários (Ata nº 42, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL).

O que se observa é que, se até então, o Sindicato em muitas de suas principais reivindicações teve que entrar em conflito com a Secretaria de Educação, neste novo momento de sua história passou a ter a Secretaria de Educação como um aliado nas suas reivindicações.

Ainda no ano 2001 o Sindicato participou, conjuntamente com a Secretaria de Educação da Comissão que trabalhou no processo de lotação, aumento de carga horária, remoção e acesso dos professores da Educação Infantil (Ata nº 43, Livro de Atas, nº1, SIMPROEL). Negociou, ainda, com sucesso, a Licença Especial para mães que tem filhos com necessidades especiais, que resultou na diminuição da carga horária destas professoras de 40 horas semanais para vinte horas (Ata nº 44, Livro de Atas, nº1, SIMPROEL). Negociou a reposição de 8% para todos os professores e conseguiu estender a Avaliação de Desempenho de 2% para os professores contratados, garantiu ainda que a Avaliação de Desempenho Anual

dos Professores Efetivos, não compôs os 8% de reposição, que ficasse condicionada às negociações que deveriam acontecer no mês de abril (Ata nº 45, Livro de Atas nº1, SIMPROEL).

A lei nº 125 havia condicionado a Avaliação de Desempenho apenas aos professores efetivos, mas a partir de 2001 o Sindicato, por meio de acordo coletivo, conseguiu que a avaliação anual de 2% fosse estendida também aos professores contratados.

Uma análise mais aprofundada da referida ata permite observar que os professores efetivos receberam além dos 8% de aumento, mais os 2% da Avaliação de Desempenho, já os contratados tiveram os 2% embutidos nos 8% totais, o que sugere uma possível estratégia da Prefeitura Municipal para não aumentar tanto os gastos com os professores contratados, já que sobre esses 2% não incidiria o aumento restante de 6%, uma vez que a avaliação de Desempenho não entra na folha como salário, mas como benefício.

Aqui, demonstra-se claramente que ao aceitar essa estratégia o Sindicato não agiu com justiça com os professores contratados, mas legalmente o Sindicato não tinha o que fazer, pois não tendo o apoio dos efetivos, não tinha forças para engendrar uma batalha contra a prefeitura, ainda mais porque, grande parte dos professores contratados em regime de ACT, por medo de serem desligados do quadro, não participavam das lutas sindicais.

Mas é possível avaliar, também, que as negociações foram positivas para os professores, e parecem ter deixado pra trás um tempo em que o Sindicato teve que fazer uso da pressão e até da greve, para se fazer ouvir.

O Sindicato segue na sua luta, no primeiro semestre de 2002, por meio de negociações, firma o acordo do adiantamento de 40% do Décimo Terceiro aos professores no mês de julho; senta-se com a Secretaria de Educação para definir metas para a reunião de Diretores de Escolas Coordenadores de Creches; visita as escolas para colher sugestões para o acordo coletivo da categoria, negocia com o Prefeito e Secretária de Educação o acordo coletivo; conquista o direito de dois professores efetivos fazerem parte do Conselho Fiscal de Lages - Previ (antigo IPML); firma com a Secretaria de Educação a realização do concurso de lotação, ampliação de carga horária, remoção e acesso antes da realização do Concurso previsto, ainda para o ano de 2002; trabalha no planejamento dos Jogos de Integração do SIMPROEL (Atas nº 48 e 49, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL).

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2002, a Ata nº 50, aborda sobre um acontecimento, que com certeza, deixou, num primeiro momento, muitos professores apreensivos. Observe-se no texto da referida Ata: “[...]. A professora Neusa Zangelini comunicou aos presentes a sua volta à presidência do SIMPROEL, que já ocorreu no dia nove

de agosto e deixou claro que o seu trabalho no Sindicato será de inteiro companheirismo” (Livro nº 1, SIMPROEL).

Em consulta ao Estatuto do Sindicato, pode-se perceber que o próprio Estatuto autoriza que um membro da diretoria do Sindicato se licencie e retorne ao Sindicato sem aprovação de Assembleia, para tal é necessário que comunique sua volta apenas à administração do Sindicato (ESTATUTO DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LAGES, 1989).

Não se quer aqui fazer uma crítica ao Sindicato, mas sim ao seu estatuto, que permite que os membros da diretoria se elejam e se licenciem, a qualquer tempo, inclusive no começo do mandato.

Ficou claro que a referida professora, não se utilizou do recurso da licença para resolver interesses particulares e sim para representar à categoria na Secretaria de Educação, mas também não se pode negar, que a sua volta direto à Presidência do Sindicato, sem a aprovação de Assembleia, possivelmente abalou alguns associados, que acharam que a referida Professora estava utilizando o Sindicato como trampolim de ascensão de interesses particulares.

A memória permite afirmar que a conquista dos professores do quadro do magistério municipal em gerir a Educação Municipal nasceu de uma vontade coletiva da categoria, já inconformada com o fato de pessoas alheias à educação municipal estarem à frente da Secretária e os intelectuais orgânicos que compunham o quadro do magistério não terem a oportunidade de gerir a Educação Municipal.

Visando à conquista da hegemonia das classes subalternas via esfera da sociedade civil, Gramsci (1995) defende a necessidade de uma reforma intelectual e moral, a qual deve acontecer antes mesmo da obtenção do poder do Estado. Aliás, essa reforma é condição para a obtenção e manutenção daquele poder, uma vez que fica clara a premissa de que, antes da conquista do poder governativo, deve dar-se a conquista da hegemonia. A reforma intelectual e moral, diz respeito à construção de uma nova concepção de mundo, de uma nova cultura. Ela acontece na esfera da sociedade civil e diz respeito a uma renovação ideológica e cultural que se constitui na base para uma transformação radical na estrutura societária. Ela integra a guerra de posição e prepara as condições para a hegemonia das classes subalternas.

Segundo Mochcovitch (1988, p. 37):

A reforma intelectual e moral se traduz na construção e na difusão de uma concepção de mundo própria das classes subalternas, atuando sobre o senso comum, popularizando as conquistas filosóficas do marxismo e tendendo a desfazer, no

plano das relações sociais de dominação e da distribuição da cultura, a dicotomia dominantes/dominados, inclusive em momentos anteriores à transformação do Estado.

Aqui entra a noção gramsciana de intelectuais orgânicos, os quais são os responsáveis pela difusão dessa reforma intelectual e moral e, então, pela construção da consciência de pertencimento a uma classe social. De acordo com a definição de Coutinho (1989, p. 108), os intelectuais são “agentes da consolidação de uma vontade coletiva, de um bloco histórico”. Gramsci (1995, p. 21) revela a centralidade do papel dos intelectuais quando coloca que “uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘por si’, sem organizar-se; e não existe organização sem intelectuais”.

Na referida ata, não se encontram os motivos que levaram ao afastamento da professora Neusa Zangelina da Secretaria de Educação do Município, mais especificamente, do cargo de Diretora de Ensino, e seu retorno ao SIMPROEL.

Possivelmente os motivos deste afastamento tenham sido colocados aos representantes dos professores que compunham a Diretoria do Sindicato, mas os demais professores sócios, não foram reunidos para maiores explicações. Da diretoria do Sindicato ouviu-se dizer que a professora se afastou da Secretaria por motivos particulares.

Esse afastamento parece ter causado perplexidade à categoria, uma vez que a conquista do cargo de Diretora de Ensino não foi uma conquista individual, mas uma luta da Diretoria do Sindicato e representantes das escolas que não mediu esforços para ter à frente da Secretaria de Educação Municipal o maior número possível de efetivos.

O fato dos professores efetivos sentarem-se à direita do Prefeito foi uma conquista ímpar para os professores, que até então tinham no comando professores provenientes do quadro público estadual e de Instituições de Nível Superior.

O que se pode observar é que grande parte dos professores municipais, consideravam e ainda consideram positivo a Secretaria da Educação do Município ser gerida por professores do quadro do magistério municipal efetivo, porque estes conhecem o contexto educacional municipal, sua realidade, suas falhas, portanto, tem as melhores condições para gerir a educação municipal. Outro ponto positivo que deve ser destacado é o comprometimento que o efetivo tem para com seus pares já que sairá da secretaria e voltará à sala de aula, onde passará a atuar como professor, portanto seu discurso não poderá estar desvinculado de sua prática.

Os professores efetivos tinham conquistado o direito de trabalhar com autonomia no comando da educação municipal e não ter que assistir pessoas alheias à educação municipal

administrarem seus interesses que perpassavam pelo fazer da sala de aula, pela infraestrutura das escolas, pela sua valorização salarial.

Mas, se por um lado a saída da referida professora da Secretaria foi um retrocesso na caminhada dos professores efetivos pela conquista de poder gerir a educação, o Sindicato a recebeu de braços abertos, pois a sua história de luta junto ao Sindicato autorizava a sua volta.

Assim, se num primeiro momento o afastamento causou dúvidas e insatisfação, num segundo momento, a volta da professora ao Sindicato foi motivo de contentamento para a sua base social, mesmo porque a Secretaria de Educação ainda continuava sendo gerida por um membro efetivo do quadro do magistério municipal.

No segundo semestre de 2002, o SIMPROEL passou a se fazer voz dos professores contratados, quando trabalhou para que os professores recebessem, o que era de costume, nas rescisões de contrato de fim de ano. Mobilizou os contratados, mas não sensibilizou o então Prefeito Raimundo Colombo a pagar o que os professores estavam acostumados a receber (Ata nº 56).

O então Prefeito do Município, Raimundo Colombo, atualmente governador do Estado de Santa Catarina, justificou a sua decisão com base na afirmativa de que os funcionários contratados trabalham um período de 11 meses ao ano e por isso não tem direito legal de receber a rescisão, mas não demonstrou vontade de tornar, por meio de Decreto, a vontade de mudar essa realidade. Mais tarde, na administração do então Prefeito Renato Nunes de Oliveira, veio se comprovar que a administração do Sr. Raimundo Colombo não teve interesse em valorizar os professores, já que o Prefeito Renato Nunes de Oliveira em negociação com o Sindicato firmou o compromisso de pagar as rescisões dos professores contratados.

O Sindicato findou 2002, com saldo de negociações positivas: garantia de concurso de remoção, acesso e ampliação de carga horária antes do concurso; assinatura do acordo coletivo, referente a 2002/2003, que garantiu aos professores: aumento de dez reais no vale alimentação (Quadro 5), avaliação de desempenho de 2% no mês de fevereiro para os professores efetivos e contratados que permanecerem no quadro, reposição salarial de 6% em fevereiro de 2003, realização de concurso público até abril de 2003 (Ata nº 55).

Quadro 5: Valor do vale refeição por ano

ANO	SALÁRIO	VALOR DO VALE REFEIÇÃO (R\$)
2001	Até R\$ 250,00	40,00
	De R\$ 250,00 a R\$ 450	30,00
2002	Até R\$ 250	60,00
	De 250,01 a R\$ 500,00	40,00
2003	Para todos	100,00
2004	Até R\$ 500,00	120,00
	Acima de R\$ 500,00	80,00
2005	Até R\$ 550,00	180,00
	De R\$ 550,01 a 850,00	150,00
	Acima de R\$ 850,01	90,00
2006	Até R\$ 500,00	165,00
	De R\$ 500,01 a 600,00	135,00
	Acima de R\$ 600,01	70,00
2007	Até R\$ 600,00	180,00
	Acima de R\$ 600,00	90,00
2008	Até R\$ 500,00	190,00
	De R\$ 500,01 a R\$ 600,00	150,00
	Acima de R\$ 600,01	90,00
2009	Até R\$ 600,00	210,00
	De R\$ 600,01 a R\$ 700,00	170,00
	Acima de 700,01	100,00

Fonte: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lages (2011).

A análise do Quadro 5, que apresenta o valor do Vale Refeição dos professores permite observar que o valor do vale que em 2001 era de R\$ 40,00 para os professores que tinham um salário de até R\$ 250,00 e de R\$ 30,00 para os professores com salários de R\$ 250,00 a R\$ 450 registrou evolução significativas chegando ao ano de 2009 em um valor de R\$ 210 para os salários de até R\$ 600,00.

Em 2003, a maior ação do SIMPROEL foi a alteração dos Arts. 20¹¹ e 28¹² da Lei 125/99 que garantiram a incorporação no vencimento base dos professores efetivos do triênio e da avaliação de desempenho que, juntamente somam um total de 11,12%, e ainda, no trabalho da Proposta de Projeto de Lei que viria a adequar o Plano de Carreira e remuneração do Magistério – Lei nº 125/99 (Ata nº56, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL).

Entre as alterações previstas na Lei 125/99, encontram-se o incentivo à docência, a garantia dos profissionais da educação estáveis no quadro técnico da Secretaria de Educação,

¹¹ O Art. 20, b, § 1º da Lei 125 passou a dispor que a cada Avaliação de Desempenho no Trabalho positiva, o profissional do magistério receberá o valor adicional de 2% anual, que incidirá sobre seu vencimento básico, acumulando um total de 6,12% ao final de 3 anos.

¹² O Art. 28 da Lei 125 passou a dispor que o adicional de tempo de serviço será concedido ao servidor do magistério a cada 3 anos de efetivo exercício prestado à municipalidade, correspondendo a 5% do respectivo vencimento, até o limite de 50%.

o pagamento do contratado pela Referência I, garantia de remoção e carga horária (Ata nº 66, Livro 1, SIMPROEL).

Foi também, no ano de 2003, que o SIMPROEL mobilizou a categoria para a participação de um Manifesto para protestar contra a Reforma da Previdência¹³ que atingiria negativamente os professores. Durante a manifestação, que ocorreu em Praça Pública, os professores colheram mais de 2.500 assinaturas que foram encaminhadas, juntamente, com uma Proposta Alternativa elaborada por entidades lageanas, para o Congresso Nacional (Ata nº 61, Livro de Atas Nº 1, SIMPROEL).

A proposta encaminhada para os Deputados Federais e Senadores, tinha como meta defender os interesses dos professores, principalmente no que diz respeito à permanência da aposentadoria especial.

A intenção do governo era acabar com a aposentadoria especial dos professores, com tempo e contribuição menor que os demais servidores. Isso não foi possível pelas pressões da categoria, conforme posicionamento de Carvalho (2005, p. 11):

Conforme Cartilha divulgada pelo Ministério da Previdência, a manutenção parcial desse direito só foi assegurada após muitas pressões e reivindicações, pois o governo pretendia suprimir a aposentadoria especial do magistério do texto da Constituição. Para os professores do sistema público, permanece a exigência de idade mínima, já que estes se enquadram nos critérios de aposentadoria dos servidores. Porém, permaneceu garantido o direito à aposentadoria com vinte e cinco anos de serviço para as mulheres e trinta anos para os homens.

A luta dos professores para manter a aposentadoria especial que era de 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens teve resultados positivos, embora a idade mínima de aposentadoria tenha se modificado.

A permanência da aposentadoria especial para os professores veio demonstrar o quanto a categoria pode conquistar se permanecer unida. Todos os professores sabem que esse é um direito justo ao professor, mas para que ele não fosse retirado, muita pressão teve que ser exercida, o professor precisou sair à luta. O ideal é que a sociedade valorizasse o professor já que ele é um sujeito fundamental ao desenvolvimento da sociedade, mas a verdade é que muitas lutas terão ainda que serem engendradas para que isso aconteça.

¹³ A reforma da Previdência Social partiu de um ponto fundamental: corrigir distorções do atual modelo, objetivando alcançar equidade entre os regimes de Previdência Social, adequação ao novo perfil demográfico brasileiro, bem como melhoria nos resultados fiscais e principalmente, a garantia de que as obrigações constitucionais serão cumpridas em relação ao direito a uma aposentadoria digna do servidor público, sem privar o restante da sociedade dos recursos indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 2004, p. 13).

Mas foi, também, no ano de 2003 que a Professora da Rede Municipal que estava no cargo de Secretária de Educação, descontente com algumas atitudes da Administração Municipal, optou em deixar a Secretaria de Educação. Entretanto, para que a Secretaria continuasse nas mãos de professores efetivos, muitos deles, com o aval da própria professora, que ocupavam cargos junto à Secretaria de Educação, decidiram permanecer na secretaria. No mesmo ano, assume como Secretaria de educação a Prof^a. Elza Moretto, retornando a administração da Educação Municipal, novamente a um membro do quadro do magistério estadual.

Presume-se que a saída, primeiro da Prof^a. Neusa, depois da Prof^a. Aidamar, da Secretaria de Educação, levou a categoria a questionar, até que ponto o Sindicato teria agido corretamente, ao entrar em uma campanha para garantir o direito, de membros efetivos, administrarem a Secretaria de Educação e, principalmente a procurar compreender o que teria acontecido, quais os conflitos, que não vieram a público, que teriam afastado as duas professoras da Secretaria. E mais, porque as referidas professoras assumiram como parceiras a Secretaria e quando a deixaram, já não caminhavam lado a lado?

Mas presume-se também, que o afastamento das referidas professoras da Gerencia da Secretaria de Educação do Município tenha se dado porque elas permaneceram vinculadas organicamente a classe de professores e aos seus interesses, uma vez que elas voltaram ao Sindicato e continuaram a lutar pelos interesses da categoria.

O Sindicato iniciou o ano de 2004 com conquistas muito significativas à categoria: a implantação de 10% de Dedicação Exclusiva aos professores que atuam apenas na Rede Municipal; a participação do Sindicato na elaboração de critérios para o concurso que deveria acontecer durante o ano letivo, a abertura das negociações para o acordo coletivo; a manutenção das bolsas para a pós-graduação, a ampliação do vale refeição a todos os professores, independentemente o valor do salário recebido (Ata nº 70).

A dedicação exclusiva foi criada junto com o Plano de carreira – Lei 125/99. Essa conquista, baseada no Parecer nº 3 do Conselho Nacional de Educação, foi um incentivo para a dedicação exclusiva dos professores ao Sistema de Educação Municipal.

Para o Sindicato foi avaliado como um ganho para os professores, já para o Poder Público Municipal foi compreendido como uma oportunidade de melhoria do ensino, já que a dedicação exclusiva impedia o professor de se dividir entre dois ou mais sistemas de ensino.

Mas a maior conquista em torno da dedicação exclusiva veio a se concretizar no ano de 2010, quando ela foi incorporada, por meio de luta sindical, inclusive de paralisação dos

professores municipais, aos salários de todos os professores (LEI COMPLEMENTAR Nº 353 DE 2011).

Foi também, no ano de 2004, que a professora Neusa Zangeline anunciou o seu afastamento do Sindicato para concorrer à Câmara de Vereadores, é o que se pode constatar na Ata nº 71: “A professora Neusa informou que a partir do dia 02 de junho estará se afastando da Presidência do SIMPROEL, por um período de quatro meses, tempo necessário para concorrer a uma vaga na Câmara de Vereadores”.

Presume-se que, o afastamento de um membro do Sindicato, que com toda certeza se constituiu em uma liderança para a categoria, foi motivo de satisfação para os professores, uma vez que seria a oportunidade dos professores municipais terem um representante na Câmara de Vereadores, legislando por suas causas e lutando, principalmente, a nível municipal, pela valorização dos professores. Acredito que isso não foi causa de surpresa para os professores, pois a transição de lideranças sindicais para partidos políticos e a emergência de candidaturas para o executivo ou legislativo é um dado nacional, portanto, este fato no SIMPROEL simplesmente reproduz o que pode ser observado na organização sindical e partidária brasileira. Nesse sentido cabe transcrever o pensamento de Freire (2004, p. 141):

[...] uma das coisas que se deve fazer é não esperar que a sociedade se transforme. Se esperarmos, ela não se transforma; temos de fazer, e é nos metendo dentro do processo, na própria intimidade do processo em movimento, que descobrimos os caminhos e vamos desmontando coisas que se opõem à mudança.

Mas não foi dessa vez que a professora teria se eleito, a sua eleição como vereadora só veio a se concretizar no próximo pleito eleitoral. Reserve-se esse acontecimento para ser abordado mais adiante.

Com o afastamento da professora Neusa do Sindicato assumiu, novamente, a Presidência a professora Mara Marcelino que, já na primeira reunião da Diretoria, sob seu comando, defendera a compra de uma sala para o funcionamento do Sindicato¹⁴, com o dinheiro arrecadado das mensalidades pagas pelos associados do Sindicato. Colocado em pauta, os representantes das escolas, junto à Diretoria do Sindicato, aprovaram a compra do imóvel (Ata nº 72, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL). A compra da sala foi motivo de comemoração para a diretoria e para muitos professores, mas não deixou de receber críticas, uma vez que alguns professores pretendiam que o dinheiro fosse gasto com o associado, seja

¹⁴ Em 2005, o SIMPROEL adquiriu um imóvel de 440m² no 3º andar situado na Rua Correia Pinto, Centro, no valor de R\$ 184.000,00, com sinal de 10% desse valor, o restante foi pago na assinatura da escritura (Ata nº 85, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL).

aumentando a quantia dos empréstimos, seja em outros benefícios para os professores. No entanto, com o passar dos anos, o que se constatou foi que a maior parte dos professores passaram a sentir-se satisfeitos em ter uma sede própria para o funcionamento do Sindicato.

Foi em 2004, também, que a professora Neusa retornou ao Sindicato, e reassumiu o cargo de Presidente, em razão do término da licença concedida para a participação do pleito eleitoral do referido ano, no qual concorreu para vereadora, quando apesar de ter tido um número significativo de votos, não conseguiu se eleger (Ata nº 76, Livro de Atas, nº 1 SIMPROEL).

Para Gramsci (1999, p. 111):

[...] o ponto de partida para alcançar uma visão organizada de mundo não se faz arbitrariamente em torno de uma ideologia qualquer, vontade de alguma personalidade. A não adesão ou adesão da massa a uma ideologia demonstra a crítica da racionalidade histórica dos modos de pensar. As construções arbitrárias são as primeiras a serem eliminadas na competição histórica.

O fato é que a categoria, se unida, poderia ter elegido com folga a referida professora, já que ela recebeu 1532 votos e para se eleger precisava fazer 2000 votos.

Em 2005, a presidente do Sindicato, informou em reunião à Diretoria que a emenda Constitucional nº 19 colocou fim à Data Base dos servidores públicos, mas que o Decreto nº 8052, de 2005, firmou o comprometimento da Prefeitura de Lages com o servidor, no sentido de estipular uma Data Base para os Servidores Públicos Municipais (Ata nº 49, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL).

É importante salientar que a expressão Data Base, embora utilizada equivocadamente pelo Sindicato até o ano de 2005, é um termo utilizado apenas para celetistas, não existe em lei para funcionários públicos, assim por orientação de advogado, o Sindicato depois de 2005 trocou a expressão Data Base por “Pauta de Reivindicação”, mas o fez referenciado na CLT.

Foi também, no ano de 2005, que o Sindicato pode constatar que a Administração Municipal começou se fechar para negociações, não que isso já não tivesse acontecendo. Mas a partir de 2005 se fez de forma mais clara, conforme pode ser constatado: “A Presidente da gestão 2004/2006 colocou em reunião a dificuldade que a Diretoria do SIMPROEL vinha encontrando para ser recebida pelo Poder executivo” (Ata nº 87, Livro de Atas nº 1). A referida Ata apenas aborda essas dificuldades, mas não apresenta maiores informações sobre a motivação de tais dificuldades.

Em 2005 encontrava-se à frente da Prefeitura do Município de Lages o Prefeito Raimundo Colombo, representante do Partido da Frente Liberal - PFL, que surgiu no lugar da

extinta ARENA, defensor do modo de produção capitalista, portanto dos interesses da classe dominante, ou seja, dos interesses dos donos dos meios de produção.

No modo de produção capitalista o planejamento é puramente econômico. Não importam os meios que se utiliza para aumentar o capital o que importa é o quanto se produz e o lucro que se abstrai da produção através das relações do trabalho alienado. A ruptura com esse modo de produção, para construir um outro modelo baseado na economia planificada segundo o materialismo histórico é tarefa do proletariado organizado.

Com esse entendimento, o Sindicato não se paralisou frente a falta de receptividade do prefeito com a categoria. Em 2005, o Sindicato garantiu a presença na comissão de avaliação do Estágio Probatório dos professores que tinham se efetivado no concurso de 2004 e, também, na comissão que conduziu o progresso funcional desses professores; inaugurou sua nova sede social recebendo os associados para conhecer o novo espaço de funcionamento; estabeleceu parcerias com profissionais da saúde a preços mais acessíveis e descontados na folha de pagamento para contornar a fragilidade do atendimento oferecido pela Prefeitura; deu início às negociações da pauta de Reivindicações (Atas nº 92, 93, 94, do Livro de Atas nº 1 do SIMPROEL).

É importante salientar que todo servidor para se tornar um membro efetivo do quadro de funcionários públicos deve passar por concurso de provas e títulos e só se tornará efetivo depois de cumprido o tempo do estágio probatório, que está regulamentado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Assim, a participação do Sindicato na comissão de avaliação do estágio probatório garantiu, sobretudo a lisura do processo avaliativo.

Ao longo do tempo, conforme a leitura das Atas das reuniões e Assembleias do SIMPROEL, pode se observar que o Sindicato, desde a sua fundação reivindicou que o Poder Público melhorasse o atendimento à saúde dos professores municipais, mas o que se observou é que isso não foi uma prioridade, pois atualmente, o Lages Previ (Instituto de Aposentadoria dos Servidores Públicos Municipais) disponibiliza atendimento aos funcionários, por meio de dois clínicos gerais; os serviços laboratoriais, tratamento com médicos especialistas e hospitalar fica a cargo do SUS (Sistema Único de Saúde), a prefeitura não despende recursos para a saúde de seus funcionários.

Nesse sentido, parece que o Sindicato se encontrou frente a um dilema: oferecer um plano de saúde para os professores a custos mais baixos ou deixar os professores à mercê do atendimento do SUS. O Sindicato preferiu estabelecer parcerias com Unimed a preços mais acessíveis, entretanto, a maior parte de seus associados continuaram tendo o SUS como a única possibilidade de atendimento médico e hospitalar.

O ideal é que, na falta de ação da Prefeitura, o SIMPROEL não oferecesse alternativas aos funcionários, pois sempre que isso acontece, passa a fazer o papel da prefeitura, o que é muito cômodo para o órgão empregador. O ideal é que unisse a categoria em prol de um interesse comum: não paralisar frente à política praticada pela administração, lutar por um atendimento de saúde de qualidade para os professores.

No ano de 2006 que o Sindicato, mais precisamente no primeiro semestre, observou que a participação dos professores nas Assembleias veio se reduzindo desde o ano de 2005, o que levou a Presidente do Sindicato solicitar que os representantes dos professores que compunham à Diretoria do Sindicato, reforçassem o convite aos demais professores associados. Ressaltou a professora, presidente do Sindicato, que: “A participação nas Assembleias não é obrigatória, mas se o profissional é liberado das aulas deverá comparecer, caso contrário ele deverá ficar na escola” (Ata nº 95).

Cita a referida Ata que uma professora, membro da Diretoria, declarou a sua indignação com a pouca presença e participação dos professores na última Assembleia.

O Quadro 6 apresenta o número de participantes de professores nas Assembleias extraordinárias.

Quadro 6: Total de professores participantes nas Assembleias do SIMPROEL

ASSEMBLEIAS	ANO DE REALIZAÇÃO	Nº DE PROFESSORES PARTICIPANTES NAS ASSEMBLEIAS	MÉDIA DE PROFESSORES POR ASSEMBLEIA
3 Extraordinárias	1998	1058	352
5 Extraordinárias	1999	1920	384
3 Extraordinárias	2000	1084	361
2 Extraordinárias	2001	715	357
4 Extraordinárias	2002	1156	289
2 Extraordinárias	2003	877	438
3 Extraordinárias	2004	997	332
2 Extraordinárias	2005	729	364
3 Extraordinárias	2006	892	297

Fonte: Atas das Assembleias extraordinárias realizadas pelo SIMPROEL de 1998 a 2006.

A análise do Quadro 6 permite observar que a maior participação de professores nas Assembleias extraordinárias se deu no ano de 2003, quando há média de 438 professores participaram de cada Assembleia realizada, já a menor participação se deu no ano de 2002, com uma média de 289 de professores por Assembleia, seguida pelo ano de 2006 com uma participação de 297 professores por Assembleia realizada.

Presume-se que a diminuição dos professores nas Assembleias se deu porque esses foram realizados no período de recesso escolar e no início do período letivo. Mas poderia ser também, um indicativo de falta de comprometimento da categoria com seus próprios interesses e até, uma insatisfação com as ações desenvolvidas pelo SIMPROEL.

Rodrigues (1998) menciona os fatores políticos, ideológicos e eleitorais que podem também estar contribuindo, em termos do contexto geral, para a baixa das taxas de sindicalização e a correspondente crise dos Sindicatos. Entre eles, poderiam ser listados: a existência de “governos amigos” ou de “governos inimigos” dos Sindicatos, geralmente governos social-democratas ou trabalhistas, no primeiro caso, ou governos conservadores, no segundo; a natureza da organização sindical, do sistema de negociação mais centralizada, menos centralizada.

A negociação mais significativa para os professores, em 2006 foi a garantia, no mês de fevereiro, do cumprimento da Lei 125/99 que diz respeito ao enquadramento, na folha dos professores, dos adicionais de 11,2%, mais o 2% referente aos cursos de aperfeiçoamento (Ata nº 95).

A Lei nº 125/99, por implicar em maior gasto para a Prefeitura, sempre foi motivo de muita polêmica. Sendo assim, a cada administração o Sindicato esteve junto ao prefeito para negociar o cumprimento da referida lei, caso contrário corria o risco do prefeito enviar uma Lei Complementar à câmara dos vereadores reduzindo os direitos já conquistados pelos professores ao longo de sua caminhada no magistério público municipal.

É verdade que muitos administradores públicos, com muita frequência, para se elegerem colocam a educação e a saúde como prioridades, mas é verdade também que, depois de eleitos, investem pouco em educação e esse pouco, dificilmente, é reservado a pagar melhor os professores.

Neste sentido, cabe citar um desabafo, bem atual, de um professor da Rede Estadual de Ensino, insatisfeito com o descaso do governo de Santa Catarina com os professores:

A decepção é enorme. Estou sem palavras, o que dizer? Dizer que eu tinha 40% de regência e agora vou ter 25%? Dizer que eu tinha um prêmio educar de R\$ 200,00 no meu salário, mas não tenho mais? Dizer que eu cheguei a receber 6% por triênio trabalhado e passado algum tempo esse percentual foi reduzido para 3% e agora nem sei se esse percentual vai ser mantido ou reduzido? Que dizer da esperança que nos foi dada em 2008 quando o então Presidente da República, afirmou que os professores do Brasil teriam um piso mínimo, mas surpreendentemente o Sr. Luiz Henrique, então governador de Santa Catarina, adiou o que pode o pagamento deste piso, porque tinha distribuído o dinheiro do principal recurso da educação – o FUNDEB - a outros poderes? Que dizer da alegria que tive quando o Supremo

Tribunal Federal julgou a Constitucionalidade da Lei do Piso? Mas o que dizer do descaso do governador Raimundo Colombo com os professores? De preferir, contrário à legislação, deixar o dinheiro do FUNDEB nas mãos de outros poderes a investir como é de direito na educação? (PROFESSORA REGINA ANA *apud* JORNAL CATARINENSE, BLOG DO MOACIR PEREIRA, 2011).

Mas não se pode generalizar, mesmo sendo poucos, alguns governantes elegem, em consonância com a Constituição Federal, a Educação como um direito fundamental do indivíduo e trabalham na perspectiva de garantia desse direito.

No segundo semestre de 2006, depois de um período difícil, quando assume o Vice-prefeito Renato Nunes de Oliveira, a prefeitura se abre novamente para as negociações.

Importa esclarecer que o Vice-Prefeito Renato Nunes de Souza assumiu a Prefeitura quando o então Prefeito Raimundo Colombo, optou em deixar a Prefeitura para se candidatar ao Senado. Mas diferentemente, desde o início de seu mandato demonstrou boa vontade com as causas da educação e dos professores.

Pouco tempo após assumir, o Prefeito concedeu aos professores a implantação de uma gratificação de 10% como incentivo à docência. Aproveitando a implantação da regência que foi divulgada na Festa do Dia dos Professores, o Sindicato lançou uma campanha de valorização dos professores. Constava a campanha de maior divulgação de trabalhos dos professores na imprensa (Ata nº 99, Livro de atas nº 1, SIMPROEL).

O fato é que bons professores tem deixado às salas de aula para trabalhar nos serviços administrativos das Escolas Municipais, porque o exercício diário da docência implica em muitos desafios, frente a essa realidade o incentivo à docência veio para estimular os professores ao exercício da docência.

No ano de 2007, assume a nova Diretoria do Sindicato, mas logo na primeira reunião da Diretoria do Sindicato, a vice-presidente eleita, explicou que não assumiria o seu trabalho no SIMPROEL porque tinha intenção não perder a função gratificada. Mediante a posição da vice-presidência, uma professora foi nomeada para trabalhar no Sindicato e suprir a falta do cargo da vice-presidência (Ata nº 102, Livro de Atas nº 1).

Ficou estabelecido em Ata (nº 102) que a professora eleita vice-presidente, trabalharia no Sindicato três vezes por semana e que uma professora supriria a sua falta, sendo que nos dias que não trabalhasse no Sindicato, ficaria à disposição da então Secretária de Educação do Município, Neusa Zangelina.

Com a Professora Mara Marcelino no cargo de presidente, muitas foram às conquistas do Sindicato. Em 2007, o Sindicato negociou com o prefeito a concessão de 1/3 em pecúnia das licenças prêmio; os profissionais com doenças infecto-contagiosas passaram

a não perder o vale refeição e a regência de classe; O SIMPROEL conquistou, em negociações com a prefeitura e representantes da Universidade do Planalto Catarinense, o direito dos professores cursarem o Mestrado com o custeio de 50% pela Prefeitura. E ainda, o direito dos professores se afastarem em licença remunerada por um período de dois anos para cursarem o mestrado; agilizou junto à Câmara de Vereadores a aprovação de Lei que dispôs sobre a licença especial para mães de portadores de necessidades especiais e para as mães que adotaram filhos; reformulou a tabela de vencimento da categoria; negociou com sucesso o pagamento da rescisão de final de ano aos contratados e o aumento do vale refeição; foi parceiro junto à Secretaria de Educação, mais diretamente com a formação de professores, na viabilização de viagens culturais a Minas Gerais, São Paulo e Porto Alegre (Atas nº 103; 104; 105; 106, Livro de Atas nº 1, SIMPROEL).

Cabe salientar que, desde o início de seu mandato o Prefeito do Município, Sr. Renato Nunes de Oliveira colocou à educação como uma de suas bandeiras e não mediu esforços para que os índices da educação municipal lageana fossem cada vez melhores.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2007, Lages contava com uma população de 161.583 habitantes. Projetando um olhar mais aguçado em torno da educação escolar, deste total, 26.815 são alunos do Ensino Fundamental, matriculados na rede escolar privada, municipal e estadual, sendo estes acompanhados por 1.301 docentes. A Rede Municipal tinha sob sua responsabilidade em 2007, 10.261 alunos, 563 docentes e 89 escolas para atender a este público (IBGE, 2008). Pensar sobre estes dados possibilita perceber não só o número expressivo de alunos que frequentam a Rede Municipal anualmente, mas também as inúmeras responsabilidades que recaem sobre todos aqueles envolvidos com o processo educativo.

Em 2008, o Sindicato deu continuidade às negociações que tinham iniciadas no final de 2007, visando equiparar a tabela de salários dos educadores infantis com a dos demais professores. Trabalhou para reverter o quadro de conflito que se estabeleceu entre os professores e os educadores infantis (Ata nº 115, Livro nº 1, SIMPROEL).

Até 2008, os professores que atuavam na Educação Infantil eram vistos como Educadores Infantis e não como professores. Depois da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quando a Educação Infantil passou a ser uma etapa da Educação Básica, os Educadores Infantis passaram a ser considerados como professores, daí o seu direito de ter o seu salário equiparado aos demais professores municipais.

O conflito se estabeleceu entre os professores e os educadores porque os professores aderiam à ideologia de que o aumento da folha dos educadores viria a inviabilizar a folha dos

professores, mas mais tarde veio a se comprovar que essa inviabilização tratava-se apenas de retórica utilizada pelo Poder para não aumentar os gastos com a educação.

O fato é que o próprio Sindicato que deveria atuar, imediatamente, na defesa dos Educadores Infantis se paralisou frente a posição do Poder Municipal de não poder adequar os salários dos educadores infantis ao dos professores por falta de recursos.

Ainda em 2008, o Sindicato viabilizou junto à Caixa Econômica Federal, um Projeto de aquisição da casa própria; investiu parte das contribuições dos associados na compra de um automóvel para ser utilizado pelo Sindicato; conquistou um aumento real de 65% na folha de pagamento.

O Sindicato, no início do ano letivo de 2009, com era de costume realizar o acerto de contas; apresentou à Diretoria a pauta de negociação para o acordo coletivo 2008/2009 para ser implantada no ano de 2009 que versava, entre outras cláusulas, sobre a garantia de trabalho de seis horas aos professores da educação infantil sobre o Projeto de Lei que dispunha sobre ao direito dos professores efetivos reduzirem suas cargas horárias para 30; 20 ou 10 horas semanais; reajuste do vale alimentação; garantia de que a formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação, conforme disposto na Lei 125/99, acontecesse no horário de trabalho dos professores, sem prejuízo do ano letivo; cumprimento a Lei do Piso Salarial em cumprimento da Lei nº 11738/08; negociação de 50% da hora atividade livre para os professores; reajuste salarial de 11%, sendo 2% referentes à Avaliação de Desempenho que é concedida em fevereiro de cada ano (Pauta de Negociação do Acordo Coletivo, 2008/2009, SIMPROEL).

Por meio da Pauta de Reivindicações (2008/2009) a prefeitura se comprometeu, além de todas as negociações referenciadas, a igualar a tabela do educador Infantil a do Professor do Ensino Fundamental, e, também priorizar a contratação dos professores efetivos, bem avaliados.

Como se pode observar, uma das prioridades do SIMPROEL foi unir a categoria, o que ficou claro quando, mesmo com muitas críticas contrárias ao trabalho da Direção do Sindicato feitas por educadores infantis, este trabalhou durante todo o ano de 2009 para fazer com que a tabela de salários dos educadores infantis se equiparasse a dos demais professores.

Paralelamente aos seus Movimentos de lutas na defesa dos interesses da categoria, que se estendeu desde a sua criação, o Sindicato sempre esteve trabalhando com políticas assistencialistas, continuou utilizando parte de seus recursos para financiar empréstimo para os funcionários, continuou trabalhando na manutenção e ampliação de convênios, entre outros.

Mas o trabalho do Sindicato não se resumiu em conquistas salariais e em benefícios para os professores, em práticas assistencialistas, em 2009 a Direção do Sindicato com o apoio dos Professores Representantes das Escolas, voltou a trabalhar em um projeto maior que fora abandonado no ano de 2004: a eleição da Professora Neuza á câmara de vereadores.

A motivação maior do Sindicato era eleger um representante que lutasse no legislativo pelos interesses da categoria. E, assim, depois de muito trabalho, conversas com professores, caminhadas na comunidade, no ano de 2009 a Professora Neuza foi eleita à câmara de vereadores, pelo Partido Progressista com 2309 votos.

Cabe salientar que no mesmo ano, com a ajuda principalmente dos professores da Educação Infantil a professora Aidamar, outra grande liderança lapidada pelo sindicato, foi eleita também vereadora, pelo Partido dos Democratas.

Para os professores do quadro do Magistério Municipal a eleição das duas professoras foi uma conquista ímpar, uma vez que a presença de professores no legislativo surge como oportunidade avanços, seja na manutenção das conquistas já adquiridas, seja na conquista de novos direitos.

A verdade é que as professoras Neuza e Aidamar conhecem muito bem a Educação Municipal, já estiveram na sala de aula, na direção de escolas, no Sindicato e na Secretaria de Educação, são conhecedoras, portanto do chão para o qual estão legislando e mais, ao longo de sua caminhada, estudaram, se capacitaram para tal, nesse sentido, concorda-se com Freire Freire (2004, p. 182) quando afirma: “[...] Ninguém nasce feito, a gente se faz, a gente se constrói social e historicamente”.

A equiparação dos educadores infantis aos demais professores só veio a se concretizar ano de 2011, com a Lei Complementar nº 353/2011, mas com certeza foi uma conquista que se iniciou na gestão da então Presidente do Sindicato Sra. Mara Marcelino.

Em suma, este capítulo permite observar que, durante o período de 1997 a 2009, o SIMPROEL se constituiu como uma representatividade forte da categoria de professores do município, contribuindo para a lapidação de grandes lideranças entre os educadores, que chegaram à Secretaria de Educação e ao Poder Legislativo da cidade de Lages.

Se muitas vezes, o que dificultava os avanços do SIMPROEL era o fato da Secretaria de Educação ser administrada por profissionais que não eram ligados diretamente à Rede de Ensino Municipal, o Sindicato enfrentou posições contrárias, passou por momentos de tensão, mas atuou junto à categoria garantindo que o quadro da Secretaria fosse composto por professores do quadro efetivo municipal. Quando observou, por meio de suas lideranças, que

a valorização dos professores passava pela defesa dos interesses dos professores junto ao poder Legislativo, o Sindicato, saiu às ruas para eleger sua representatividade.

Com os professores na linha de frente, o Sindicato que num primeiro momento teve que abrir caminhos por meio de conflitos, de lutas para conquistar melhores salários e benefícios para a categoria, num segundo momento, conquistou o direito de negociar com o patrão, não porque passou para o outro lado, mas porque se fez voz junto ao patrão.

Se nos primeiros anos de 1997, os professores municipais não tinham o direito de progredir na carreira, no entanto, com o SIMPROEL, muito se avançou na valorização do professor. Durante o percurso de 1997 a 2009, os professores efetivos passaram a receber de acordo com a sua habilitação, conquistaram, por meio de um Plano de Carreira o direito de progredir na carreira, ampliaram os seus ganhos, por meio de benefícios, como vale alimentação, bolsas de estudo para graduação e pós-graduação.

Mas as ações do SIMPROEL não se restringiram à conquista de melhores salários e benefícios financeiros, o SIMPROEL trabalhou na valorização social dos professores, promoveu eventos culturais e esportivos, investiu na compra de uma sede própria que se tornou o espaço do professor.

Em todos os períodos analisados, ano a ano, o SIMPROEL nunca paralisou na conquista de direitos dos associados.

Mas o fato é que, o Sindicato terminou o ano de 2008 com a categoria dividida em torno de um conflito entre Sindicato e de uma liderança lapidada pelo próprio Sindicato no passado. Assistiu a categoria, antes unida se dividir entre as causas da educação infantil e dos professores, causa esta, que segundo bem colocam as atas, foi uma causa implantada por interesses particulares.

Mas o ano de 2009, as ações desenvolvidas pelo Sindicato, na luta para equiparar os salários dos educadores infantis, para modificar a nomenclatura de educar para professor, vêm mostrar que o interesse maior do Sindicato é trabalhar em prol de todo o seu coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a tantos questionamentos e inquietações que trago comigo e outras mais profundas que construí no início do período do mestrado, elegi o SIMPROEL como meu objeto de conhecimento e optei em embasar esse estudo nos seguintes questionamentos:

O SIMPROEL, durante o seu percurso histórico, teria conseguido construir uma identidade como movimento de lutas em defesa da categoria? Teria o Sindicato perdido a sua identidade de movimento social quando muitos de seus dirigentes passaram a se preocupar com seus projetos individualizados? Teria o Sindicato realmente tomado o caminho das políticas eminentemente assistencialistas? Um cunho somente assistencialista? O assistencialismo em alguma conjuntura singular tem legitimidade na prática sindical?

Para responder os questionamentos propostos esta pesquisa, cumprindo os objetivos de investigar o Sindicato dos Profissionais em Educação de Lages (SIMPROEL) no que diz respeito à sua formação e atuação junto à categoria dos docentes do Município de Lages, no período de 1997 a 2009. Mais especificamente de descrever o contexto histórico e o processo sócio-organizativo vivenciado pela categoria na constituição do Sindicato dos Profissionais em Educação de Lages e de analisar a atuação do sindicato tendo como integrantes, sua base social nos diferentes períodos que se sucederam ao longo da gestão 1997 a 2009, com base nos documentos analisados concluiu que:

Desde o início, quando se desligou do Sindicato dos Funcionários dos Servidores Públicos Municipais, e se transformou em 1989 na Associação dos Professores do Município de Lages – ALPROM, depois em 1997 no Sindicato dos Professores da Educação em Lages-SIMPROEL, o sindicato, sem dúvida conseguiu construir uma identidade como movimento de lutas em defesa da categoria.

Se no ano de criação do SIMPROEL, todos os professores, independentemente do nível de atuação e da habilitação e dos anos de serviço recebiam um mesmo salário, portanto não tinham um Plano de Carreira, com o sindicato, muito se avançou na valorização do professor. Durante o percurso de 1997 a 2009, os professores efetivos passaram a receber de acordo com a sua habilitação, conquistaram, por meio de um Plano de Carreira o direito de progredir na carreira, ampliaram os seus ganhos, por meio de benefícios, como vale alimentação, bolsas de estudo para graduação e pós-graduação.

Embora as ações do SIMPROEL, tivesse sempre como pano de fundo as conquistas por melhores salários e benefícios financeiros, o SIMPROEL trabalhou na valorização social dos professores, promoveu eventos culturais e esportivos, investiu na compra de uma sede própria que se tornou o espaço do professor.

Paralelamente, trabalhou em ações assistencialistas; criou um fundo de pequenos empréstimos, com baixos juros, para os professores, trabalhou na conquista e manutenção de convênios, para desconto em folha, estabeleceu parcerias com Empresas e Profissionais da Saúde a custos mais baixos para a realização de tratamento médico e dentário, atuou junto a causas individuais de seus associados.

Mas o trabalho do sindicato não se resumiu em conquistas salariais e em benefícios para os professores, nem a práticas de cunho assistencialista, por meio de um projeto coletivo, e não individual como chegaram a pensar muitos professores, que surgiu de uma vontade primeiro dos representantes dos professores junto a diretoria do sindicato e que se estendeu para a categoria, principalmente de efetivos, o sindicato, no ano de 2001 conquistou para os professores do quadro do magistério municipal, efetivos, o direito de gerir a Secretaria de Educação do Município que, até então, sempre tinha sido gerido por professores Universitários ou da Rede Pública Estadual de Ensino.

No início, com a parceira da Secretária da Educação e sua equipe, composta em sua grande maioria por membros do quadro efetivo dos professores municipais o Sindicato conseguiu manter muitos dos benefícios conquistados, mas com o passar do tempo, assistiu a Administração Municipal, por intermédio da Secretaria de Educação, tentar interferir nas decisões do sindicato. A situação se perdurou por algum tempo, até que uma das representantes do sindicato que agora estava à frente da Secretaria de Educação, descontente com a tentativa de manipulação da Administração Municipal, deixou a secretaria de Educação e retornou a luta sindical.

Travou-se uma batalha entre as duas principais lideranças lapidadas pelo sindicato, uma sobre o comando da Secretaria de Educação, lutando pelos interesses do patrão e outra lutando a favor dos interesses dos professores. O mais grave é que essa situação acabou atingindo os professores, muitos se distanciaram, mas muitos tomaram posições, se instalou um conflito de lideranças que enfraqueceu os professores e beneficiou a administração Municipal. Fortalecida a Administração Municipal tentou exercer, cada vez mais, poder sobre a Secretária de Educação, que não aceitando essa situação, deixou a Secretaria de Educação.

Depois de assistir a categoria se dividir em torno de suas duas principais lideranças o Sindicato, conseguiu no ano de 2009, eleger uma vereadora para representar os interesses da categoria no legislativo. E, ainda, assistiu parte da categoria, composta principalmente por professores da Educação Infantil a eleger a outra liderança, também lapidada no Sindicato, para a câmara de vereadoras.

Com duas representantes na câmara de vereadores conseguiu unir novamente à categoria, quando conquistou o direito de os Educadores Infantis, que até então tinham um Plano de Carreira diferenciado dos Professores do Ensino Fundamental, equiparar o Plano de Carreira das duas categorias.

Pesem alguns conflitos, algumas falhas na caminhada, o fato é que o SIMPROEL se constituiu, historicamente, em uma representação de fundamental importância para os professores da rede Municipal de Ensino, sem a união dos professores, sem a sua luta, provavelmente os professores municipais não tinham alcançado tantas conquistas.

Para além de ilusões, a valorização dos professores só poderá surgir da união da categoria, e da construção de intelectuais orgânicos, ou seja, agentes da vontade coletiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. 1996. **Crise econômica e interesses organizados**: o sindicalismo no Brasil dos anos 80. São Paulo : Edusp, 1996.

ANTUNES, R. **O novo sindicalismo**. São Paulo : Brasil Urgente, 1991.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ARAÚJO, Silvia Maria de. FERRAZ, Marcos (orgs.). **Trabalho e sindicalismo**: Tempo de Incertezas. São Paulo. LTr. 2006.

ARROYO, M. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 5, p. 5-23, jan. 1980.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto nº 5.452 de 1º de Maio de 1943**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em: 22 jun 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília: Senado Federal, 1996.

BOSHI, R. R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1987.

CARVALHO, Sonia Maria Gonçalves de. **O Servidor Público e as Reformas da Previdência (Emendas Constitucionais nºs 20/98 e 41/2003)**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

CARVALHO, Viviane Lemes da Silva e GUIMARAES, Celma Martins. Enfermagem e Sindicalismo em Goiás: análise do período 1982-2004. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 60, n.2, p. 155-160, 2007.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ESTATUTO DO SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFESSORES EM EDUCAÇÃO DE LAGES – SIMPROEL. **Cartório de registro Civil**. Comarca de Lages, SC, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

JORNAL CATARINENSE, Blog do Moacir Pereira. **Depoimento: mais decepção**, julho de 2011. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2011/06/21/depoimento-mais-decepcao/?topo=67,2,18,,67>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LAGES. **Lei Complementar nº 125**, de 22 de dezembro de 1999. Dispõem sobre o Plano de carreira e de remuneração do Magistério do Município de Lages.

_____, **Lei Complementar nº. 353/2011**, autoriza o pagamento do Piso Salarial Nacional na Carreira dos Profissionais do Magistério do Município de Lages.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI: memória – história. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, p. 11-59, 1984.

LIVRO DE ATAS Nº 1. SIMPROEL. Sindicato Municipal dos Profissionais em educação de Lages.

LOPES, Eliane Marta Teixeira.; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.

NIKITIUK, Sônia L. (org.). **Repensando o ensino de história**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, 52).

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **A liberdade desfigurada**: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo: Expressão popular, 2005.

NÓVOA, Antonio. (Coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa-Portugal, Dom Quixote, 1997. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/3862/1/Formacao-Continuada-Da-Pratica-Pedagogica/pagina1.html#ixzz1G22G8R7q>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. Entre a terra e o céu: mensurando a utopia? In: DEMOCRACIA VIVA. Rio de Janeiro: Ibase, n. 6, 1999.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Reforma previdenciária comentada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OTTMANN, GÖTZ. **Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, n. 41, 1995.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Bontempo, 2001.

SIMPROEL. **Pauta de negociação do acordo coletivo**, 2008/2009.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina**: os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RODRIGUES, Leôncio M. Declínio das taxas de sindicalização: a década de 80. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n. 36, 1998.

ROSSI, Waldemar.; GERAB, William Jorge. **Para entender os Sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In SPOSATI, Aldaíza; SAWAIA, Bader b.; DALLARI, Dalmo et al. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, p. 41-56, 2001.

SIMPROEL, **Convenção coletiva de trabalho**, 1999/2000. Sindicato Municipal dos Profissionais em Educação de Lages.